



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

FERNANDA LUIZA GODINHO

A Horta do Parque Cultural do Campeche: práticas e usos em função
de uma perspectiva de ocupação e construção

Florianópolis
2019

Fernanda Luiza Godinho

A HORTA DO PARQUE CULTURAL DO CAMPECHE: práticas e usos em função de uma perspectiva de ocupação e construção

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Antropologia.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alicia Norma González de Castells

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Godinho, Fernanda Luiza

A Horta do Parque Cultural do Campeche :
práticas e usos em função de uma perspectiva de
ocupação e construção / Fernanda Luiza Godinho ;
orientadora, Alicia Norma González de Castells,
2019.

89 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em
Antropologia, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Antropologia Urbana. 3.
Horta Comunitária. 4. Reciprocidade. I. Norma
González de Castells, Alicia. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em
Antropologia. III. Título.

A todas as pequenas iniciativas que se fazem grande no cotidiano de cada um que as experienciam. Nas palavras de Galeano “Muita gente pequena, em pequenos lugares, fazendo coisas pequenas podem transformar o mundo.”

Fernanda Luiza Godinho

A HORTA DO PARQUE CULTURAL DO CAMPECHE: práticas e usos em função de uma perspectiva de ocupação e construção

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “A Horta do Parque Cultural do Campeche: práticas e usos em função de uma perspectiva de ocupação e construção” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Antropologia.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

Prof.^a Dra. Maria Eugênia Domingues
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Alicia Norma González de Castells
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dra. Viviane Vedana
Universidade Federal de Santa Catarina

Dra. Ana Cristina Rodrigues Guimarães
Procuradora da Fazenda Nacional

AGRADECIMENTOS

Por mais evidente que pareça, acredito que na conjuntura atual se faça necessário agradecer, em primeiro lugar, à Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade. Agradeço também a todos amigos e colegas (Bruno, Camila, Dario, Suzana, Bárbara, Thaíse, Onete, Jesse e Josanne), professores e professoras da UFSC que fizeram parte dessa jornada, em especial à professora Alicia, por ter, tão logo quanto a procurei, com toda a atenção me acolhido e incluído nas atividades do NAUI; pelas conversas de orientação e por ter sido sempre muito aberta às minhas ideias. Prof, sem palavras para expressar minha gratidão pela sua dedicação.

À Professora Viviane Vedana e à Ana Cristina Rodrigues que aceitaram fazer parte da banca de avaliação desse TCC.

Agradeço à minha família, pois devo muito a eles a pessoa que sou hoje. Em especial meus pais, Luciane e Mario, minha avó Dolores e meu avô Rolf (*in memoriam*), com quem sempre me relacionei com muito amor. Obrigada por acreditarem em mim e me proporcionarem esta oportunidade.

À minha amiga e *roomie* Catarina por ser incansável ao ouvir minhas divagações sobre o tema da pesquisa e comemorar comigo cada pequena vitória ao longo do processo.

À minha companheira de sonhos, Andressa, que me prestou todo apoio que eu poderia necessitar no momento de escrita desse trabalho. Seus conselhos foram fundamentais.

E, claro, um agradecimento mais do que especial para Seu Anilton e Ataíde, que aceitaram abrir um espaço de suas vidas para essa pesquisa.

Multidude sem totalidade, a cidade seria, também, demasiado heterogênea para que o próprio antropólogo consiga aceder à sua complexidade sem se perder (CORDEIRO; FRÚGOLI JR, 2011)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso parte da participação observante das práticas cotidianas da Horta Pedagógica e Comunitária do Parque Cultural do Campeche a fim de explorar as dinâmicas de sociabilidade, permeadas por reciprocidades e negociações do público e privado, através das quais esta se configura. Com o avanço da pesquisa de campo se faz necessário dar fluidez às fronteiras do espaço e, identificando que as práticas da Horta estão, também, em função da idealização de um projeto de construção de um Parque Cultural e que este figura como uma das perspectivas de uso do terreno do Antigo Campo de Aviação do Campeche, passo a explorar o contexto de disputas que perpassa essa Horta e esse Parque.

Palavras-chave: Horta Comunitária. Reciprocidades. Público e Privado.

ABSTRACT

This work uses the observant participation of the daily practices of the Pedagogical and Community Garden of Campeche's Cultural Park in order to explore the dynamics of sociability, reciprocities and negotiations between the public and private spheres through which it is configured. With the advancement of fieldwork research it was necessary to give fluidity to the boundaries of space. Realizing that this Garden's practices are also depending on an idealization of a project for the construction of this Cultural Park and that it figures as one of the perspectives for the use of the Campeche's Aviation Camp, I begin to explore the context of disputes that surrounds this Community Garden and this Cultural Park.

Keywords: Community Garden. Reciprocities. Public and Private.

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

Página 16

Figura 1 Foto de satélite do bairro do Campeche. Fonte: Google Earth.

Página 18

Figura 2 Foto de satélite do terreno do Antigo Campo de Aviação.
Fonte: Google Earth.

Figura 3 Foto de satélite da Horta. Design dos canteiros em formato de avião. Fonte: Google Earth.

Página 23

Figura 4 Foto aérea do bairro do Campeche no ano de 1978, percebe-se que quase não há edificações. Fonte: IPUF.

Página 24

Figura 5 Foto aérea do bairro do Campeche em 1994, apresenta evidente aumento da malha urbana. Fonte: IPUF.

Página 29

Figura 6 Terreno do Antigo Campo de Aviação, marcações de tombamento. Estudo realizado pelo IPHAN. Fonte: Decreto Municipal 13.707/14.

Página 37

Figura 7 Terreno divisões de posse do Antigo Campo de Aviação.
Fonte: Manifestação da União em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal.

Página 39

Foto 1 Uma das placas dispostas pela horta orientando seus praticantes sobre regras básicas. Arquivo pessoal.

Página 42

Foto 2 Seu Anilton posando envaidecido para o retrato. Arquivo pessoal;

Foto 3 Seu Anilton em suas práticas cotidianas. Arquivo pessoal;

Foto 4 e 5 Seu Ataíde demonstrando como montar uma sementeira. Primeiro para as crianças e depois para câmera. Arquivo pessoal.

Página 51

Foto 6 Exibindo os canteiros em pose de autoridade. Arquivo pessoal;

Foto 7 Selecionando hortaliças para um visitante fortuito. Arquivo pessoal.

Página 67

Foto 8 Prestígio, reciprocidades e prestações desiguais. Arquivo pessoal.

Página 70

Fotos 9 e 10 Impedimento material para entrada na Horta. Arquivo pessoal.

Página 74

Fotos 11, 12, 13, e 14 Mensagens sobre alguns comportamentos desejados e outros indesejados para aqueles que pretendem se inserir naquelas práticas culturais. Arquivo pessoal;

Página 75

Fotos 15 e 16 Mensagens de agradecimento e bons préstimos. Arquivo pessoal.

Página 79

Figura 8 Caminhos, marcação realizada por mim. Fonte: Google Earth.

Página 80

Foto 17 Caminhos pelo “PACUCA”. Arquivo pessoal.

Página 81

Foto 18 Barreiras materiais instaladas pela Aeronáutica. Arquivo pessoal.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP Ação Civil Pública
AMOCAM Associação de Moradores do Campeche
APP Área de Preservação Permanente
CFH Centro de Filosofia e Ciências Humanas
COMCAP Companhia de Melhoramentos da Capital
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IPUF Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
MCQV Movimento Campeche Qualidade de Vida
MPF Ministério Público Federal
SEOVE Sociedade Espírita Obreiros Vida Eterna
PACUCA Parque Cultural do Campeche
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
O bairro do Campeche.....	16
A pesquisa.....	19
Estrutura do trabalho.....	19
1. O CONTEXTO DA “HORTA DO PACUCA”	21
1.1. Contexto urbano do Distrito do Campeche em Florianópolis.....	22
1.2. Os Planos Diretores.....	26
1.3. O terreno do <i>Antigo Campo de Aviação</i>	29
1.4. A participação popular.....	32
1.5. Do Plano Diretor para o projeto do Parque Cultural do Campeche, do PACUCA para Horta:.....	35
2. O CAMPO	38
2.1. O espaço público como palco de práticas culturais.....	46
2.2. Maneiras de fazer.....	48
2.3. O uso do corpo.....	50
2.3.1. Artes de fazer arte.....	53
2.3.2. Artes de cuidar.....	54
2.3.3. Artes de eliminar pragas.....	55
2.3.4. O plantar também como um afazer lúdico.....	56
2.3.5. Plantar e transmitir.....	57
2.3.6. Artes de compartilhar.....	58
3. TROCAS E RECIPROCIDADES	59
3.1. O prestígio.....	60
3.2. As participações e <i>contrapartidas</i> privadas.....	62
3.3. Prestações e contraprestações.....	65
3.3.1. Visitantes fortuitos.....	65
3.3.2. Voluntários esporádicos.....	66
3.3.3. Voluntários Fixos.....	67
3.3.4. Feiras.....	68
3.3.5. Visitas de escolas.....	68
3.3.6. Empresas Privadas.....	69
3.4. Um sistema da dádiva na Horta do <i>Parque Cultural do Campeche</i>	69
4. O INSIGHT MATERIAL PARA PENSAR O “PÚBLICO” E O “PRIVADO”	69

5. PARQUE CULTURAL DO CAMPECHE?	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85

INTRODUÇÃO

Nesta introdução pretendo fazer uma apresentação do meu ponto de partida, ou seja, quem sou eu pesquisadora, algumas primeiras questões, contato com campo e direcionamentos teórico-metodológicos a fim de trazer para o leitor, também, a possibilidade de analisar e levantar questões acerca do meu olhar em campo.

Como diz Oscar Calavia Sáez em seu livro “Antes de mais nada”, o antropólogo chega com seu projeto em campo com “toda uma parafernália econômica, política e legal” (SÁEZ, 2013, p. 145), nesse sentido seria incompleto, acredito, apresentar a trajetória da minha pesquisa (porque a pesquisa não é só um objetivo, mas um caminho) sem antes falar que meu interesse particular pelas dinâmicas de cuidado com as plantas, pela observação e pela fotografia remontam diversos momentos da minha vida desde a infância e se constrói principalmente em interações com familiares. Aprendi com meus avós maternos¹, com quem tinha convívio diário, saberes sobre benefícios, usos e cuidados de plantas e, com o tempo, fui desenvolvendo simpatia particular pelo tema. A curiosidade pela fotografia foi, desde sempre, encorajada pelo meu pai que estava sempre com sua Pentax K10001² em mãos para registrar os momentos do cotidiano em família e, tudo aquilo que diz respeito ao meu olhar crítico, remete-me à escuta cuidadosa de minha mãe. Estes interesses inicialmente desconexos vieram a se encontrar neste tema de pesquisa, no qual busco, inicialmente, com um modesto auxílio da fotografia, desvendar os pormenores das dinâmicas de sociabilidade na

¹ Durante toda a minha infância tive contato muito próximo com meus avós maternos, principalmente com minha vó, quem considero bastante responsável por parte da minha educação, pois era ela quem tomava conta de mim pelas manhãs enquanto meus pais estavam no trabalho. Já meu vô era quem ganhava o protagonismo nas noites em que eu dormia na casa deles. Brincar de esconder, ir ao cinema, subir em árvores e jogar bola era o que mais gostávamos de fazer. Com ele e seus apitos de caça aprendi os diferentes cantos dos passarinhos, já com minha vó aprendi a apreciá-los e observá-los, algo que ainda hoje me agrada. Entre as coisas que lembro da minha infância, parece que em tudo tem um pouco de jardim, um pouco de árvore, um pouco de flor e plantas.

² Câmera analógica produzida entre 1976-1997, no Japão, muito popular entre estudantes de fotografia pelo seu custo-benefício.

Horta Pedagógica e Comunitária do Parque Cultural do Campeche (PACUCA)³ em Florianópolis, Santa Catarina.

Logo aprendi que “porque não” não é resposta e nada mais me aquietou. Fui cursar Direito. Permaneci três semestres e, contrariando a opinião de meus pais, resolvi que faria Antropologia. Eles queriam que eu fosse “alguém na vida”, eu só queria ser eu. Eu mesma, produto de uma família moderna, filha de uma sociedade complexa, sempre me senti um pouco como um emaranhado de coisas que não sei muito bem definir. Aos poucos fui descobrindo que é quase nada que se escapa dessa complexidade. E assim é também com o tema da minha pesquisa que venho apresentar.

Já mais adiante no curso de Antropologia, em uma conversa qualquer no café do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fiquei sabendo da existência de uma “horta comunitária”, no bairro do Campeche, em Florianópolis/SC, através da Mariana, uma colega de curso e moradora do bairro. Justamente pensando que precisaria encontrar um tema para escrever meu projeto de pesquisa, considerei fortemente a possibilidade de eleger essa “horta comunitária” (ainda um objeto bastante distante) como foco das minhas pesquisas. Fui juntando algumas informações e descobri que era denominada “comunitária”, logo, por ter, teoricamente, como ideal uma produção, administração e consumo coletivos. A partir disso o tema passou a deter minha atenção e elaborei um projeto pensando em abordar questões ligadas a trocas, reciprocidades, e outros pontos relativos ao caráter de organização da vida cotidiana.

Com uma área de mais ou menos 4 mil m², a Horta conta com cerca de seis *voluntários fixos* que estão presentes quase todos os dias desempenhando diferentes funções, desde plantar, roçar a grama, molhar os canteiros e pintar placas, a planejar e organizar as ações futuras necessárias. Participam, ainda, alguns outros voluntários com menos frequência, mas que desempenham também um papel importante na continuidade dos cuidados com tarefas mais simples como molhar e tirar o mato dos canteiros, os quais denomino *voluntários esporádicos*. Além destes, vez ou outra aparecem por lá *visitantes fortuitos*, que, por comparecerem apenas pontualmente, impreterivelmente são orientados por voluntários mais antigos na realização dos afazeres. Enquadram-se

³ Referida pelos meus interlocutores também como Horta Comunitária, Horta do Campeche, Horta do PACUCA ou Horta, variedade de nomenclaturas que optei por aderir na escrita deste trabalho.

nessa última categoria pessoas que aparecem simplesmente para saber como funciona a Horta, deixar resíduo orgânico para compostagem e, também, profissionais da comunicação que visitam a Horta para a produção de alguma reportagem. As hortaliças cultivadas lá (alface, cenoura, abóbora, melancia, pimentão, aipim, etc.), todas orgânicas, são consumidas principalmente pelos voluntários fixos e esporádicos e o seu excedente – vegetais mais abundantes como alface, rúcula e couve – distribuído gratuitamente quase que semanalmente em feiras em regiões economicamente desfavorecidas, instituições sociais, como é o caso da Sociedade Espírita Obreiros Vida Eterna (SEOVE)⁴, ou em feirinhas montadas nas proximidades da Horta e destinadas aos moradores locais.

O bairro do Campeche



Figura 1 Foto de satélite do bairro do Campeche. Fonte: Google Earth.

O Campeche é, hoje, um bairro bastante heterogêneo. Com uma belíssima praia, é, ao mesmo tempo, moradia de estudantes e professores

⁴ Entidade filantrópica de amparo à velhice e de trabalhos com a comunidade.

da Universidade Federal; de uma classe média alta que se consolidou localmente e também advinda de outros estados, principalmente Rio Grande do Sul; como daqueles chamados de “nativos” ou “manezinhos da ilha”⁵. Juntamente com os seus diferentes estilos de vida e visões de mundo (Velho, 2003) constituíram, impulsionados por diferentes motivações que constituem a vida social (Simmel, 2006), diversas mobilizações políticas e sociais ao longo dos últimos trinta anos. Essas mobilizações surgem, principalmente, como resposta a diferentes propostas de Planos Diretores apresentados pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) e pela Prefeitura Municipal de Florianópolis que, dentre outras coisas, projetavam um grande crescimento urbano para o bairro do Campeche. Parte da população local, pouco agradada com essas propostas, apresenta seus próprios projetos, dentre os quais, um protagonista *Parque Cultural do Campeche* que figura como um “*sonho*” para alguns de meus interlocutores, abordada neste trabalho como uma das perspectivas de ocupação do disputado terreno do *Antigo Campo de Aviação*⁶. É neste terreno de contexto heterogêneo que se situa a Horta Comunitária que me propus investigar e contextualiza-lo social e espacialmente é de suma importância para perceber as práticas da Horta sob a perspectiva de ancoragem material de uma das idealizações do projeto do *Parque Cultural do Campeche*.

⁵ Termo utilizado para referenciar aqueles nascidos na ilha de Florianópolis, Santa Catarina. De início empregado pejorativamente, ganhou destaque e aceitação com o jogador de tênis Gustavo Kuerten (Guga), que passou a servir-se do termo de maneira honrosa, criando um orgulho da identidade “manezinha”.

⁶ Terreno que funcionou, até a década de 40, como rota da empresa francesa de correio aéreo *Compagnie Générale Aéropostale*. Atualmente, parte do terreno está sendo disputado judicialmente entre a União e o Ministério da Aeronáutica, conforme melhor contextualizado no primeiro capítulo deste trabalho.



Figura 2 Foto de satélite do terreno do *Antigo Campo de Aviação*.
Fonte: Google Earth.



Figura 3 Foto de satélite da Horta. Design dos canteiros em formato de avião.
Fonte: Google Earth.

A pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada em dois lapsos temporais, final de 2017 – início de 2018 (*lapso 1*) e início de 2019 (*lapso 2*) que se mostraram distintos tanto pelos atores que compunham aquele cenário como, conseqüentemente, pelas observações e impressões que pude construir. O *lapso 1* da pesquisa foi o período em que eu estava me inserindo em campo, encontrando meu lugar e meus questionamentos na pesquisa. Durante esse tempo minhas observações estavam mais voltadas às práticas do cotidiano e afazeres da Horta, dos quais participava ativamente acompanhada por Seu Anilton, o qual a presença se percebe nesse trabalho principalmente pelas fotos. Já durante o *lapso 2*, a partir de uma aproximação com Seu Ataíde, o qual se faz presente nesse trabalho em diferentes relatos que venho expor, e da experiência de um *insight material* que apresentarei mais à frente, desloquei meu olhar para entender o contexto, ou “quadro social⁷” (*setting*) (Agier, 2011), na qual estavam inseridas aquelas dinâmicas de sociabilidade observadas com mais proximidade no *lapso 1*.

Estrutura do trabalho

Como propõe Agier (2011), deslocando a própria problemática do objeto para o sujeito, da questão sobre “o que é a cidade” para a pergunta sobre “o que faz a cidade”, o próprio ser da cidade surge, então, não como um dado, mas como um processo humano, cuja complexidade é a própria matéria da observação, das interpretações e das práticas de “fazer cidade”. Assim, para entender “o que faz a Horta Comunitária” e observar essas práticas de fazer, inicio o primeiro capítulo retratando um contexto mais sociológico do bairro do Campeche, contextualizando-o junto ao cenário de expansão urbana de Florianópolis e efervescência dos movimentos sociais locais a partir do final da década de 80, bem como apresentando de onde surge este projeto do *Parque Cultural do Campeche* para ilustrar, na seqüência, onde se situa a Horta nesse quadro e, ainda, conforme veremos na seqüência, o que tem a Horta a ver com ele.

⁷ “Quadro social” é entendido por Agier como contexto estrutural dentro do qual as interações estão localizadas. Nas palavras do autor: “É o conjunto das restrições globais suscetíveis de determinar tal ou tal aspecto da situação: densidade residencial da cidade, heterogeneidade étnica e regional, diferenciações econômicas e organização de trabalho [...]” (AGIER, 2011, P. 74).

Já no segundo capítulo, dou início à minha fala mais antropológica, no qual, no primeiro subtópico, após apresentar meus principais interlocutores, exponho as nuances da minha introdução em campo para, em seguida, explorar as dinâmicas de sociabilidade (Simmel, 1983) através das quais se enunciam as diferentes “maneiras de fazer” (Certeau, 2008) na Horta Comunitária. A partir disso, aprofundo-me em Mauss (2003), Lanna (2000) e Sabourin (1999, 2008) para analisar as diferentes relações, que, operadas conjuntamente, constituem um sistema da dádiva na Horta do Campeche. No capítulo seguinte parto de um *insight material* para observar, apoiada em Certeau *et al* (2000), como se organizam o público e o privado, as regras tácitas e explícitas.

E, por último, sendo esta Horta denominada a “Horta do *Parque Cultural do Campeche*”, busco entender, após apresentar de onde nasce o projeto, quais são os elementos materiais de sua existência no *Antigo Campo de Aviação*. Para isso, o faço com suporte nas perspectivas que me foram apresentadas ao longo da pesquisa de campo e uma final experiência exploratória pelo terreno. Recorro ao conceito de “paisagem” (Ingold, 2000) para analisar a confluência de fatores que integram e perpassam os atuais usos do *Antigo Campo de Aviação*, além da própria Horta, percebendo que o projeto do *Parque Cultural do Campeche* figura como uma das perspectivas de uso deste terreno que estão em jogo, na qual a Horta aparece como uma semente de sua ocupação.

Nesses termos, apoiada no fazer antropológico proposto por Agier (2011), o qual busca entender “o que faz a cidade”, pude me relacionar com mobilidade no meu olhar como pesquisadora, e, atenta para as diferentes situações, foi possível ver e seguir as práticas e trocas dos usuários da Horta Comunitária com quem tive proximidade, buscando um acompanhamento mais alargado dos valores e sociabilidades partilhados por estes. Para tanto, devido à proximidade e diversidade de situações que esta abordagem propõe, em alguns momentos desta pesquisa foi necessário, por entender que não fazê-lo poderia eventualmente acarretar em conflitos internos, omitir os nomes de alguns de meus interlocutores a fim de garantir uma solidez ética deste trabalho. Ainda, com exceção das figuras legendadas e elencadas na “Lista de Figuras e Fotografias”, todas as fotos adiante apresentadas são de minha autoria e realizadas durante os dois lapsos de pesquisa.

1. O CONTEXTO DA “HORTA DO PACUCA”

Para Agier (2011) alguns lugares vagos, desviados ou apropriados, tais quais este o qual me proponho a pesquisar, fornecem as condições de possibilidade de um “agir urbano” atraindo, geralmente, formas de ocupação e manifestação política.

Encontramos, pois, na política situações urbanas criadas por esses movimentos, essas iniciativas e essas “desordens”, a mesma episteme – modo de conhecimento e apreensão do mundo – que prevalece na antropologia situacional, *démarche* forjada e desenvolvida na investigação urbana fora de (e às vezes contra a) restrição das definições institucionais e normativas da cidade (AGIER, 2011, p. 43)

O autor se preocupa ainda em compreender a agência dos cidadãos, bem como conhecer e contextualizar os lugares e interações pesquisados, para assim, posteriormente, apresentar o ponto de vista do antropólogo sobre a cidade. Nesse sentido, dedico um primeiro momento para trazer um contexto histórico das práticas que reinventaram, a partir de formas associativas e mobilizações populares, o ato de habitar o bairro (Vedana, 2004) do Campeche contra algumas restrições e definições institucionais da cidade.

Nessa perspectiva, procuro, nos próximos subtópicos, apresentar uma revisão do contexto urbano do distrito do Campeche, trazendo informações sobre os diferentes Planos Diretores apresentados pela Prefeitura Municipal e Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, mostrando, em seguida, de que maneira esses foram recebidos e repercutidos entre os moradores do bairro a partir da formação de uma forte mobilização no Campeche para rejeitar e discutir essas propostas.

Finalizo explicando onde é que se encaixa a Horta no cenário exposto, justificando a necessidade da adução ao contexto relacionado, pois, como apresento ao longo do trabalho, um dos interlocutores com quem venho a trabalhar com bastante proximidade é propriamente um dos idealizadores desta proposta de *Parque Cultural do Campeche*. Sendo indissociável, portanto, as práticas da Horta da idealização do projeto deste Parque.

1.1. Contexto urbano do Distrito do Campeche em Florianópolis

O distrito do Campeche, com uma população de 30.028 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2010, é formado pelos balneários do Campeche, do Morro das Pedras e pela localidade do Rio Tavares. O balneário do Campeche, especificamente, é predominantemente de habitações familiares de classe média, sendo que, nos últimos anos, passou a ter um grande número de condomínios de classe média e alta. No entanto, ainda há pequenas propriedades rurais com criação de animais e produção agrícola de pequena escala. Numa sucinta descrição enumero a seguir diversas etapas que caracterizam o atual Campeche, contexto do objeto analisado.

A ocupação do bairro do Campeche começa a aumentar com a pavimentação de sua avenida principal, a Pequeno Príncipe, na década de 1980. Década, de acordo com Franzoni (2012), em que já era possível observar o fluxo de alguns moradores para desempenhavam atividades fora do bairro. Estes eram, comumente, marcados pela economia monetária e autonomização de relações entre produtores e consumidores, realidade diferente daquela tradicionalmente experimentada por seus moradores⁸. Juntamente com o crescimento do bairro e com novos moradores (que, em sua maioria, também compartilhavam essas experiências em ambientes urbanizados e marcadas pela economia monetária), os moradores locais passaram a se engajar nas ações para obtenção de serviços e infraestrutura urbana para o bairro.

⁸ Veremos adiante sobre as terras comunais.



Figura 4 Foto aérea do bairro do Campeche no ano de 1978, percebe-se que quase não há edificações. Fonte: IPUF.

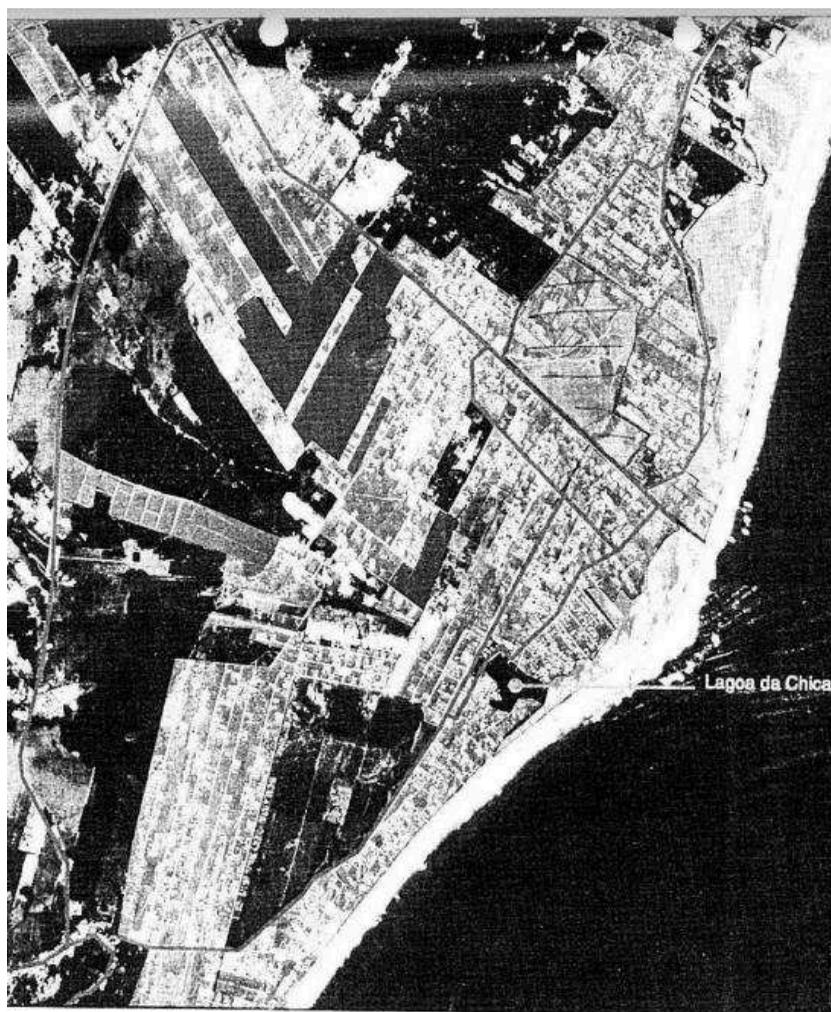


Figura 5 Foto aérea do bairro do Campeche em 1994, apresenta evidente aumento da malha urbana. Fonte: IPUF.

Foi também a partir dessa década que, de acordo com dados apresentados no Plano Diretor Participativo⁹ de 2014, consolidou-se o processo de expansão urbana para os balneários de Jurerê, Canasvieiras, Cachoeira e Ponta das Canas, Praia Brava, Ingleses, Lagoa da Conceição e Barra da Lagoa, ao mesmo tempo em que a Tapera, o Campeche, e o Rio Vermelho começaram a sofrer um “processo de ocupação clandestina e descontrolada” (Florianópolis, 2014). Ainda segundo este estudo, os loteamentos clandestinos realizados a partir do parcelamento da pequena propriedade rural tornou-se uma prática generalizada no Município, sendo um dos principais pontos de concentração dessa prática o próprio bairro do Campeche.

Nesse sentido, Campos (1989) identifica também que este processo de cercamento dos terrenos no Campeche, demarcando os limites da propriedade com muros ou cercas de arame, assim como a ocupação das dunas e áreas próximas de lagoas e rios são vistos pelos moradores antigos como obra dos novos moradores, chocando com práticas tradicionais de uso comunal¹⁰ de terras no bairro. Ainda segundo o autor:

[...] trata de uma transformação que está acontecendo na concepção sobre determinados territórios, antes de uso comum, e que passam a ser inicialmente privatizados de forma ilegal [...] As terras de uso comum foram transformadas em fazendas, loteamentos, terras do Estado e, mais recentemente, em condomínios e loteamentos, sedes de associações, áreas para especulação imobiliária e áreas ocupadas por pequenos proprietários ou ocupantes sem propriedade legal. (CAMPOS, 1989, p. 106)

Assim, as dinâmicas através das quais foi se consolidando o desenho da cidade e do bairro do Campeche são permeadas por outras ações, atores e interesses diversos. Não sendo estranho no caso em estudo,

⁹ Lei Complementar nº482/2014. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Plano de Uso e Ocupação, os Instrumentos Urbanísticos e o Sistema de Gestão.

¹⁰ Segundo Campos (1989), as terras comunais são áreas de uso público comum, deste tempo imemoriais, passíveis de serem arrendados, mas nunca de serem apropriados.

também, ações governamentais contraditórias no que tange à legislação e às orientações oficiais. Frente a isso, apresento a seguir uma pequena revisão bibliográfica do desenrolar dos Planos Diretores apresentados desde a década de 50.

1.2. Os Planos Diretores

Em 1952, foi elaborado o primeiro Plano Diretor de Florianópolis, que se concentrou no perímetro central da cidade e pouco afetou as demais áreas da Ilha. Com a visível intenção de transformar Florianópolis em uma metrópole, em 1976 surgiu um novo Plano Diretor, o qual possuía uma orientação modernista, caracterizada por grande setorização e previsão de novas avenidas e vias-expressas. Foi, no entanto, em 1985 com a proposta do Plano Diretor dos Balneários que foram previstas áreas especiais de interesse turístico, através do qual a planície do Campeche foi definida como área de expansão urbana (Pippi, 2004).

A competitividade entre as cidades, sobretudo a partir da década de 1990, acaba se tornando paradigmática no que diz respeito ao planejamento urbano, fazendo com que as cidades busquem destaque internacional. Florianópolis, sem fugir do modelo, procura se inserir nessa disputa por meio de diversas transformações, entre outras, também na planície do Campeche, buscando o título de “Capital Turística do Mercosul” a fim de redefinir o lugar de Florianópolis no mundo.

Em 1992 iniciou-se a discussão sobre o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, Campeche e Região, através do qual, apesar de até não ter saído do papel, foi aprovado o projeto do Parque Tecnológico do Campeche que tinha a ideia de:

[...] transformar aquela região da Ilha, dotando-a de um ar internacional e propício para receber investidores nacionais e estrangeiros voltados, sobretudo, às empresas de alta tecnologia e ao mercado turístico-imobiliário, designadas como “vocações” ou tripés do lugar. (LENZI, 2017, p. 605)

O Projeto de implementação do Parque Tecnológico do Campeche tinha como previsão 450 mil habitantes, sendo que no início da década de 1990, de quando data esse projeto, o município contava com uma população de 255.390 habitantes. Além disso, de acordo com Rizzo

(2005) já havia no Campeche, apesar de pouco povoado, um desenho de seus próprios caminhos, ruas e formas de ocupação que não se mostravam compatíveis aos propósitos do plano diretor do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Segundo Rizzo (2005, p. 63), o objetivo do plano do IPUF era “[...] construir uma cidade com padrões de primeiro mundo dentro do município de Florianópolis e com relativa autonomia em relação ao centro da capital”.

Já em 1997, após uma certa mobilização de parte da população local com os números previstos no Plano proposto, uma nova versão foi apresentada pelo IPUF, porém sem modificações significativas. Reduzindo a previsão de ocupação do local para 390.000 habitantes, o IPUF adotou uma visão de desenvolvimento baseado em grandes vias rápidas, edifícios de até nove andares à beira-mar e criação de um polo de turismo e da chamada “indústria limpa de alta tecnologia”.

*Quanto é que tá agora? / Tá em 60 mil
ainda todo sul da ilha, tamo segurando.
(Ataíde, relato oral, 2019)*

Após a reapresentação do plano em 1997, o movimento local rejeitou o projeto e passou a se negar a participar do processo: a população não queria mais apenas sugerir alterações e sim ser parte integrante da concepção do planejamento urbano. Já em 2001 foi aprovada uma lei federal¹¹ que previa a obrigatoriedade da participação popular e de associações representativas na execução e acompanhamento dos planos urbanísticos a fim de promover uma “gestão democrática”.

[...] A população do Campeche envolvida nesse processo não aceitou a imposição desse projeto que, além de ter sido elaborado sem a participação popular, acarretaria mudanças que iam de encontro aos seus desejos. Em outubro de 1989, [...] o IPUF chama Associação de Moradores do Campeche¹² para apresentar o plano e, após um intenso debate, no qual os moradores presentes se contrapõem ao projeto oficial, os funcionários do IPUF declaram que nunca mais voltariam ao Campeche. De 1989, portanto, data o início da tensão entre os interesses

¹¹ Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

¹² Referida adiante pela sigla AMOCAM.

do IPUF e os interesses dos habitantes organizados em torno da AMOCAM. (LENZI; CAZETTA, 2017, p. 607)

As pressões de diferentes atores sobre as políticas urbanas, os mecanismos de expropriação dos usuários tradicionais da terra, de valorização imobiliária e conflitos e as disputas no âmbito do planejamento urbano podem ser encontrados em muitos dos depoimentos, documentos e pesquisas sobre o Campeche, conforme segue abaixo outro trecho retirado do artigo de Lenzi e Cazetta (2017):

Segundo o relato do morador Lázaro Daniel (informação verbal), a prática da Prefeitura, sobretudo no que diz respeito ao planejamento urbano, portanto ao IPUF, era a seguinte: “[...] eles faziam o plano e eles mesmos é que passavam, olhavam e preparavam o projeto. Depois, para dizer que tinha a participação da comunidade, eles vinham com o projeto tentar enfiar goela a baixo”. [...] Ainda segundo esse morador já havia “[...] uma briga muito grande, porque o IPUF achava que, primeiro, nós éramos ‘do contra’; segundo, [eles alegavam que] nós só contestávamos e não tínhamos proposta e só eles que entendiam.”. (LENZI; CAZETTA, 2017, p. 607)

Atualmente o Plano Diretor em vigor foi instituído pela Lei Complementar nº482/2014, aprovado, de acordo com Seu Ataíde, após quase 10 anos de “luta”. Ainda segundo ele:

Aí foi feita uma audiência pública, aí nós já tínhamos uma coisa, um pacote meio pronto do Campeche. Já um encaminhamento, uma ideia... De dividir a cidade em 13 distritos e eleger seus representantes. [...] Aí esses 13 guerreiros afrontaram, e esse foi realmente um Plano Diretor participativo. Foi toda segunda feira durante 10 ou 11 anos a comunidade se reunia toda semana no Catalina. E na quinta feira o representante tinha reunião no centro, no núcleo gestor, na cidade. E aí era um embate. (Ataíde, relato oral, 2019)

1.3. O terreno do Antigo Campo de Aviação

O terreno do *Antigo Campo de Aviação* onde está localizada a Horta Pedagógica e Comunitária do Parque Cultural do Campeche parece ser um dos pontos principais que envolvem as disputas entre os planos diretores acima apresentados, sendo marcado, há quase um século, como palco de histórias e disputas no bairro.

Em 86 nascia a Amocam, e aí, como eu falei, com o mestrado da Ana Amora¹³, esposa do Etiene, primeiro presidente do IPUF, nos inteiramos à luta junto ao Campo de Aviação. (Ataíde, relato oral, 2019)



Figura 6 Terreno do Antigo Campo de Aviação, marcações de tombamento. Estudo realizado pelo IPHAN. Fonte: Decreto Municipal 13.707/14.

Logo em minha primeira ida a campo fui chamada a atenção por um dos meus principais interlocutores, Seu Anilton, pescador aposentado, sobre a escolha de dispor os canteiros da Horta para que formassem um

¹³ Ana Amora defendeu sua tese de mestrado em Geografia intitulada “O Lugar do Público no Campeche” em 1996. Em seu trabalho faz uma análise do processo de urbanização na praia do Campeche (Florianópolis-SC) e suas consequências sobre os espaços públicos historicamente definidos.

avião pois, segundo ele, houve ali, no passado, um campo de aviação. Achei, naquele momento, a informação no mínimo curiosa, mas ela pouco me indicava. Seu Anilton estava também à época muito envolvido com a reforma do Centro de Saúde, situado quase ao lado da Horta. Ele que se portava quase como um “protetor” da Horta parecia assumir essa mesma figuração no que diz respeito a este Centro, consagrando sempre o “bem-estar” para a comunidade do Campeche, o que passou a ser, muitas vezes, pauta de nossos diálogos. Foi após algumas conversas com Seu Ataíde, também aposentado e à frente de diversos movimentos populares do Campeche, que comecei a me questionar de onde aquele terreno haveria surgido e, ao dar início à pesquisa documental, pude me inserir um pouco melhor nessas questões.

A história deste Campo de Aviação começa em 1920 quando o terreno foi adquirido de pescadores nativos pela empresa francesa *Compagnie Générale Aéropostale*¹⁴, que foi pioneira no serviço de correio aéreo entre a Europa, África e América do Sul, contando com o trabalho de pilotos veteranos da Primeira Guerra Mundial. Segundo a Associação e Memória da Aéropostale no Brasil (AMAB), Saint-Exupéry, autor de “O Pequeno Príncipe”, livro que dá, inclusive, nome à principal avenida do bairro, foi um destes pilotos e ficou conhecido pelos manezinhos da ilha como “Zeperry”, devido à pronúncia regional.

Segundo Amora (1996), o Campo de Aviação em Florianópolis servia como um ponto de apoio da linha de correio aéreo que percorria Paris à Buenos Aires e, para que os pilotos pudessem pernoitar e fazer suas refeições, foi construída a Casa dos Pilotos, que ficou conhecida como “popote” (“marmita” em francês), hoje Antigo Casarão dos Pilotos. O espaço é o único entre os que foram utilizados pela companhia a permanecer de pé e com condições de utilização, espaço este que foi mote de projeto de restauro elaborado pela pesquisadora Mônica Cristina Corrêa. Além destes, o Catalina (Clube dos Militares) e a Casa de Rádio também fazem parte do que me refiro neste trabalho como terreno do *Antigo Campo de Aviação*, sempre em relação à totalidade da área destacada na **Figura 6**.

Com o início da 2ª Guerra Mundial o serviço aéreo postal da empresa francesa foi interrompido e os pilotos, convocados para o esforço

¹⁴ Companhia de aviação pioneira fundada em 1919, na França. A proposta da Aéropostale era, na onda mundial de popularização da aviação, estabelecer linhas de conexão para o serviço aéreo postal. Aproveitando o serviço de pilotos veteranos da Primeira Guerra Mundial, a companhia ofereceu rotas aéreas entre a França, África e, posteriormente, América do Sul.

da guerra. O Governo Federal, então, por meio do Decreto Lei nº 6.870, de 14/9/1944, desapropriou a área e as benfeitorias (antigo prédio da estação de passageiros, construído nas décadas de 20 e 30 pela *Air France*, antiga *Aéropostale*) do Campo de Aviação do Campeche, passando o terreno para o domínio da União. Em 1948 o terreno passou a servir para pouso dos aviões da empresa Panair do Brasil S.A. (Ocupado pela Base Aérea de Florianópolis) e em 1955 com a inauguração do Aeroporto Hercílio Luz, no Bairro Tapera, o Campo de Pouso não foi mais utilizado para o pouso de aeronaves. Desde então, quando o terreno do *Antigo Campo de Aviação* passou a estar sem uso, os moradores do bairro do Campeche buscaram utilizá-lo de maneiras alternativas através da prática de esportes (futebol, parapente, arremesso de varas, etc.), pastagem de animais, festas populares e reunião de grupos sociais, caracterizando-o como uma das “terras comunais” (Campos, 1989) do bairro.

Já em 1975 o Ministério da Aeronáutica realizou uma pesquisa a fim de regularizar três terrenos da Ilha e concluiu que o *Antigo Campo de Aviação* foi adquirido pela companhia *Aéropostale*, desapropriada pela União em 1944, e, entretanto, não havia sido legalizada sua escritura de registro. Foi só que em 1979 que 352,267 m², referentes a totalidade do terreno do *Antigo Campo de Aviação* foram registrados em nome da União pela matrícula nº 7216 e entregues em 1980 para ser administrados pelo Ministério da Aeronáutica através de um Termo de Entrega.

Devido a sua localização privilegiada no bairro, desde o registro da matrícula primária o terreno passou por várias cessões e desmembramentos¹⁵, fruto de disputas judiciais e muitas reivindicações

¹⁵ O primeiro deles ocorreu em 1990, quando 13.519,07 m² foram desmembrados para a matrícula nº 32.684. Em 1995, 32.490,70 m² foram desmembrados para a matrícula nº 39.941; 119.290,97 m² para a matrícula nº 39.942; 181.765,34 m² nº 39.943. Em 2002 as matrículas nº 39.942 e nº 39.943 foram desmembradas mais uma vez, originando as matrículas nº 65.421 (178.854,94 m²); matrícula nº 65.420 (114.641,04 m²); matrícula nº 65.419 (2.641,97 m²) e matrícula nº 65.418 (4.064,28 m²). Em 2011 houve a reversão da matrícula nº 65.420 (114.641,04 m²) e matrícula nº 65.418 (4.064,28 m²) da área para a União e a Prefeitura Municipal de Florianópolis requer os 4.064,28 m² para construção de um novo Centro de Saúde para atender às demandas da comunidade. Também neste ano, o uso da gleba (porção de uma terra não urbanizada) correspondente à matrícula nº 32.684 (área de 13.519,07 m²) foi cedido pela União ao município de Florianópolis, com expressa previsão de destinação específica para instalação de um Centro Social e de uma Escola Básica, também nesta área está localizado o *Casarão dos Pilotos*.

de coletivos do Campeche, Prefeitura e Aeronáutica – que tentou por diversas vezes realizar a venda de terrenos a particulares. Com isso, a partir de 2000 o Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV)¹⁶ iniciou um grande processo de mobilização comunitária e tornou pauta para parte da população local a criação do *Parque Cultural do Campeche* (PACUCA) na área referida neste trabalho como *Antigo Campo de Aviação*.

Apoiado em um discurso de “qualidade de vida”¹⁷, o projeto do PACUCA foi elaborado com apoio financeiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e, quando pronto, em 2006, foi apresentado em Assembleia Comunitária e aprovado por unanimidade pelos presentes. Após isso, o desenho do projeto foi registrado em cartório e, junto a um documento pedindo tombamento da área, enviado para diferentes órgãos públicos, como o Ministério Público Federal, Secretaria do Patrimônio da União, IPUF, Prefeitura Municipal de Florianópolis, Base Aérea e ainda para alguns parlamentares. Continua, apesar disso, como um projeto. Uma perspectiva de lideranças e parte de moradores locais sobre o que seria um uso ideal para o terreno do *Antigo Campo de Aviação*.

1.4. A participação popular

*Quando vimos as primeiras dumas em 78,
77 serem invadidas do Morro das Pedras*

¹⁶ O MVCQV (Movimento Campeche Qualidade de Vida) se constituiu como movimento de articulações de diversas entidades da região [...] atingidas pelo Plano de Desenvolvimento da Planície do Campeche.

¹⁷ Sem estender o assunto, trago duas das falas que me proporcionaram este entendimento: “Porque um Parque tem isso. Aumenta a qualidade de vida das pessoas. Moradores daqui, pessoas que nos visitam, pessoas que fazem turismo. Olha, vem a Florianópolis, vem no Parque Cultural, porque cultural é mais do que um espaço que se está preservando a natureza, tem aqui um intuito de fazer programas culturais mesmo, de colocar a população num movimento cultural que até hoje não teve porque não tem espaço” Telma, Comissão PACUCA (Vídeo “Caminhada pelo PACUCA”, 2015) e ainda “Não tem que preocupar com o lucro, tem que preocupar com o bem estar das pessoas. É a finalidade da coisa pública. Agora quanto ao rendimento, ao dividendo, isso é coisa de privado. Tudo bem a coisa pública pode dar lucro, pode dar. Mas não é essa a finalidade da coisa pública, é a qualidade de vida das pessoas.” (Ataide, relato oral, 2019)

sentido Campeche nós começamos a se rebelar porque aquilo ali era uma APP¹⁸. Em 85 a associação foi se legalizar, em 82 foi fundada e 85 registrada pra ter poder legal de denúncia, e aí começamos a luta pelas dunas. [...] Era eu, meu irmão, Jabira, Cupim, o Sandro Linhares, o Marcelo Linhares, Andre Linhares. Alguns faziam curso na UFSC. Aí na década de 80 com o doutorado da Ana Amora a Associação de Surf do Campeche veio pro Campo de Aviação, né. (Ataíde, relato oral, 2019)

Em 1989, quando foi apresentado o primeiro esboço do Plano Diretor específico para a área do Campeche, elaborado pelo IPUF, a comunidade do Campeche rejeitou a proposta e produziu a “Carta do Campeche”, a qual reivindicava o cumprimento da legislação ambiental; a preservação das dunas e restingas, das lagoas Pequena e da Chica e do Morro do Lampião; a reabertura de caminhos históricos; preservação dos Engenhos e do *Antigo Campo de Aviação*.

Aí em 87 ou 90 começou. A Angela Amin lançou um plano diretor pra 450 mil pessoas só pro Campeche, aí a pressão foi grande. Ela veio pra 300, depois pra 200. Aí nessa luta a Associação de Surf do Campeche com a Amocam se uniram com a comunidade. [...] Nós lutamos essas lutas com o MEL (Analucia Hartman¹⁹, Marcelinho, principalmente pessoal da arquitetura da UFSC) e a Associação Surf do Campeche. (Ataíde, relato oral, 2019)

Após a reapresentação do Plano em 1997, o movimento local rejeitou o projeto novamente e passou a se negar a participar do processo.

¹⁸ Área de preservação permanente. Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações. (Fonte: EMBRAPA)

¹⁹ Procuradora do Ministério Público Federal.

“A população não queria mais apenas sugerir alterações”, disse Seu Ataíde, e sim ser parte integrante da concepção do planejamento urbano. Foi a partir disso que o Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV) iniciou um processo de mobilização comunitária.

Vale notar que, de acordo com Búrgos et al (2007), o MCQV constituiu-se como um movimento de articulação de diversas entidades da região (associações de moradores, movimentos e entidades de bairro). A trajetória desse Movimento está associada, ainda segundo o autor, com a organização e mobilização autônoma de moradores, cujos objetivos visavam problematizar questões socioambientais e a insuficiência das políticas públicas de planejamento urbano municipais.

Com a rejeição da proposta reapresentada em 97, em setembro do mesmo ano foi organizado o primeiro “Seminário Comunitário de Planejamento Urbano do Campeche”, resultando, dois meses depois, no documento conhecido como “Dossiê Campeche”. O documento partiu da análise das propostas do IPUF para então propor diretrizes e propostas alternativas. Enquanto o Plano do Instituto propunha o ordenamento da área do Campeche através de melhorias nos acessos e alargamento de certas vias, contrapondo-se às ocupações irregulares e desordenadas realizadas até então, o documento alegou “a existência de uma nítida cultura local e entrosamento de vizinhança, que se sobrepõe num movimento criativo de apropriação do espaço urbano/rural. Assim, o que na sua aparência é completamente desordenado tem também a sua ordem” (MCQV, 1997).

A partir disso, é interessante trazer que a construção da paisagem do Campeche é analisada por Rizzo (2005) como um movimento de resistência micropolítica levado a cabo por uma parcela da população residente que, de forma organizada e conjunta, questionou o modelo de desenvolvimento econômico e urbano presente no projeto elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

Nesse sentido, o autor utiliza ainda os conceitos de “molar” e “molecular” de Guattari e Rolnik (2013), nos quais: “O “molar” refere-se, então, ao “nível da política de constituição das grandes identidades” e o “molecular” trata-se de algo processual, constituído na intensidade dos instantes das microrrelações” (Guattari; Rolnik, 2013, p. 149 APUD RIZZO, 2005). E então, no caso em questão:

[...] a micropolítica refere-se a “questão de uma analítica das formações do desejo no campo social”, isto é, “diz respeito ao modo como o nível das diferenças sociais mais amplas (que chamei de

‘molar’) se cruza com aquele que chamei de ‘molecular’. [...] Projetos para planície do Campeche, compreendidos como desejos molares, guiam a elaboração dos planos de urbanização, planos estes também atravessados e constituídos por desejos moleculares. (RIZZO, 2005, p.)

Dito de outra forma, o autor sugere que, no caso do Campeche, os projetos de urbanização propostos pelo Estado, referentes à constituição de grandes identidades, aos quais chama de “molar”, guiam a elaboração destes Planos, sendo estes últimos também atravessados pelos desejos “moleculares”, que dizem respeito aos instantes das microrrelações. A percepção dessas interações “molares” e “moleculares” é fundamental também para realizar uma aproximação da paisagem do *Antigo Campo de Aviação* atravessada pela proposta de um *Parque Cultural do Campeche*.

1.5. Do Plano Diretor para o projeto do Parque Cultural do Campeche, do PACUCA para Horta:

Embora já fosse parte integrante do cotidiano do bairro, a “luta”, expressão constantemente utilizada por Seu Ataíde, pela utilização daquele terreno correspondente ao *Antigo Campo de Aviação* tem início, em primeiro momento, quando o Ministério da Aeronáutica demonstra interesse em realizar o parcelamento do terreno e venda para particulares, na década de 80, descaracterizando o então uso comunitário (Campos 1989) que já estava consolidado desde a década de 50, quando o Aeroporto de Florianópolis foi transferido de lá para o bairro Tapera.

A partir disso, a comunidade do Campeche passou a disputar em duas frentes. Contra a própria Aeronáutica, através de pedidos de tombamentos da área e ação judicial a fim de impedir o parcelamento e venda do terreno para particulares; e com a própria Prefeitura Municipal de Florianópolis, quanto aos usos e destinos daquele espaço propostos nos Planos Diretores.

Eu acho assim, que primeiro o PACUCA não é caro fazer, bem porque a visão de Parque deles, da Prefeitura, os caras arquitetos da Prefeitura, é uma visão meio que desconectada do que é parque realmente... Quadra pista de skate, tal, que tem que ter no Parque. Mas na verdade

nosso parque, é um parque, primeiro, que tem que ter as raízes do local, das comunidades locais. Então ele tem que ter gado, nós queremos ter galinha. Queremos que as pessoas vejam boi, galinha, animais, árvores frutíferas, mata nativa, equipamentos da história do Campeche. Engenho de farinha, que produza farinha, que mostre pras crianças como fazia farinha, pra mostrar pras crianças como eram os tempos. Então nós temos um parque que tenha as raízes do bairro, da comunidade, da história da relação dos franceses, Saint Exupery, com os nativos (Ataíde, relato oral, 2019)

Percebeu-se a partir de diversas falas de Seu Ataíde, que o tombamento do terreno como patrimônio histórico figura como, além de uma salvaguarda dos bens culturais, uma estratégia para garantir que aquele espaço não seja revendido ou utilizado pela Prefeitura de Florianópolis para instalação de outras dependências públicas que se não o idealizado Parque Cultural do Campeche. O primeiro pedido de tombamento da área foi realizado em 1987, quando, segundo Seu Ataíde não foi realizado devido à grande pressão militar: “na época tinha saído a ditadura militar, [...] tinham força muito maior que hoje”. Somente em 2014, após a propositura de uma Ação Civil Pública (ACP) pelo Ministério Público Federal (MPF) requerendo que a totalidade da área fosse repassada para os cuidados da União, que se conseguiu efetivar o tombamento do Campo de Pouso, Casarão dos Pilotos, Catalina (Clube dos Militares) e da Casa de Rádio, todos situados no terreno destacado nas **Figuras 6 e 7**, conjunto referido neste trabalho como *Antigo Campo de Aviação*.

Mas graças a Deus tô com minha consciência tranquila, entendeu, morro, mas caramba... Os caras tentam fazer uma coisa, nós fazemos outra, se o mapa do zoneamento não dá isso, tombamos. Pressionamos juridicamente, tombamos o campo [...]. Como é tombado como patrimônio histórico, quebrou. Se tu deixa ali “não, vou botar aqui uma creche”. A polícia queria que botasse, não... é

tombado por patrimônio histórico. (Ataide, relato oral, 2019)

A área total do *Antigo Campo de Aviação* é de 353 mil m², e, atualmente, estão sob posse da Aeronáutica 211 mil m², sendo o restante da área divididos entre responsabilidade da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) e da Prefeitura, conforme demonstrado na **Figura 7** abaixo. É nessa parcela do terreno abaixo destacada, sob posse da União, que está localizada a Horta Pedagógica e Comunitária do PACUCA. Um ambiente bastante heterogêneo que, conforme relata Seu Ataíde (2017) em entrevista ao programa Balanço Geral Florianópolis, é “*um dos pilares de um projeto maior do Parque Cultural do Campeche*”.

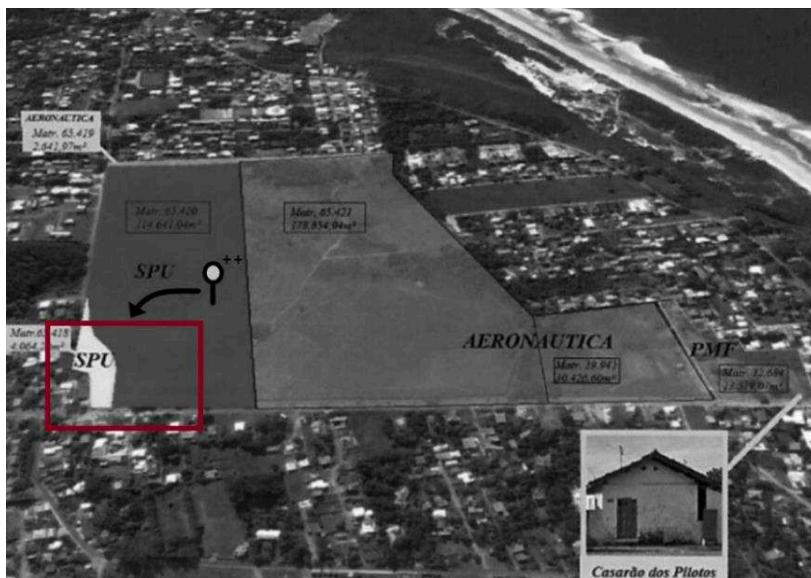


Figura 7 Divisões de posse do Antigo Campo de Aviação. Fonte: Manifestação da União em ACP. A parte selecionada em vermelho corresponde ao espaço em que está situada a Horta (ver **Figuras 2 e 3**).

Conforme Agier (2011) é a partir de uma montagem de sequências da vida urbana retiradas de uma ínfima parte do curso real do mundo, observando a diversidade de redes de significados (Geertz, 2008) e papéis sociais desempenhados na vida cotidiana, que emergem os conhecimentos da Antropologia Urbana. Nesse sentido, observando esse

contexto de disputas apresentadas no qual se constitui o espaço da Horta do Campeche e, observando atentamente o nível microssocial (Agier, 2011) é possível perceber que as dinâmicas do cotidiano também são perpassadas e construídas (e constroem) pelos diferentes discursos e concepções de “público” e “privado” “memória” e “patrimônio” e “qualidade de vida”. A propósito disso, revelo a seguir os pormenores da minha pesquisa de campo na Horta Comunitária, que se mostra como uma expressão material do projeto do *Parque Cultural do Campeche*, que, como antes explicitado, foi fruto do processo de mobilização comunitária de parte da população local reivindicando o uso da área referida do *Antigo Campo de Aviação*.

2. O CAMPO

Os antropólogos falam obsessivamente do campo: das dúvidas na hora de escolhê-lo, das dificuldades para chegar nele, das alegrias e as agruras que nele passaram. Falam dele nas aulas, nos corredores, nos encontros com a família e os amigos, nos livros que escrevem. O laboratório, o observatório, a biblioteca ou o arquivo nunca são motivo de tantas expansões. (SAEZ, p. 133, 2013)

A pesquisa de campo é um risco. E, junto com este risco, a insegurança e ansiedade acompanham o percurso da pesquisa como um compilado de sentimentos em relação àquilo que não se sabe. O campo é um momento completamente imprevisível, e de fato assim precisa ser, existe, antes de acontecer, no imaginário daquele que o planeja fazer, nas divagações de quem direciona suas leituras ponderando o que, na prática, pode vir a encontrar... Personagens, diálogos, situações. Minha experiência, logo, não foi distante disso, a cada passo que eu adentrava neste caminho desconhecido, pensamentos surgiam como notas. Discretos. “Será?”, “E se?”. Passo a passo.

Passado um tempo, tive a oportunidade de fazer a minha primeira visita de campo, esta mediada pela colega que me introduziu a temática (que já estava mais ou menos inserida no círculo de relações do local), a

fim de experimentar o uso da fotografia em campo, mais especificamente para capturar algumas imagens para uma disciplina da graduação²⁰.

Ao chegarmos no espaço, deparamo-nos apenas com um senhor que, quando falamos sobre o motivo da nossa visita, disse-nos para aguardar pelo Seu Anilton, que havia ido tomar um café na padaria logo em frente. Após pedir permissão desse senhor, o qual o nome eu não me recordo, aproveitamos o tempo de espera para desensacar a câmera e começar a tirar algumas fotos das hortaliças para testar e regular o equipamento.

Logo chegou Seu Anilton – pescador aposentado, nativo da ilha e, que arrisco dizer, entre 60 e 70 anos – por quem esperávamos, e, com simpatia, disse-nos em boa voz “*Bom dia, moças!*”. Mariana, então, cumpriu o papel de lembrá-lo de que já esteve algumas vezes contribuindo com os afazeres da Horta e me apresentou como sua colega e interessada como estudante de Antropologia. A partir disso, consegui estabelecer um diálogo frutífero a respeito das dinâmicas de cooperação estabelecidas ali, horários de movimento mais intenso, regras em relação a quem pode o que, etc., foi logo possível perceber que ele, de certa forma, é um dos responsáveis por “tomar as rédeas” das regras internas da Horta, como já havia me revelado anteriormente Mariana e como também ficou evidente quando foi indicado anteriormente como responsável para apresentar a Horta. Falei sobre meu interesse em utilizar a câmera para fazer alguns registros e pedi, mais uma vez, permissão para que tirasse fotos do local, quando aproveitei para fazer um registro de algumas placas pregadas dentro e ao redor da horta.



Foto 1 Uma das placas dispostas pela horta orientando seus praticantes sobre regras básicas.

²⁰ Disciplina de Antropologia Visual, ministrada pelos professores Viviane Vedana e Rafael Devos no segundo semestre letivo de 2017.

Em sua fala em uma das mesas da VII Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia (React)²¹, preocupado em refletir sobre o que faz uma câmera em campo, Carlos Emanuel Sautchuk²² revisita dois textos clássicos de Lévi-Strauss, “Estruturalismo e Ecologia” e “O pensamento selvagem”, para trazer três argumentos: A antropologia é empírica; É preciso convocar outros campos de conhecimento; O ambiente é acessado através das técnicas. Ou seja, se a etnografia não é uma relação entre duas reflexividades humanas apenas, mas envolve outros elementos, é importante que se entenda a antropologia como uma prática mediada e muitas vezes equipada, nesse caso equipada com uma câmera. Nesse sentido o uso da câmera serviu ao longo da minha pesquisa, sobretudo durante a primeira parte dela, como uma maneira de aproximação empírica e etnográfica dos sujeitos com quem eu dialogava.

Eu, um pouco acanhada com a experiência em campo, Seu Anilton, certamente desconfiado quanto às minhas intenções ali. Uma cena que não é muito difícil de imaginar e que provavelmente já foi experimentada de maneira análoga, eu diria, por muitos antropólogos. Aí então que a câmera foi de grande ajuda para minha inserção.

Antes que os cineastas possam compor imagens dessa maneira, tiveram de filmá-las, e isso exigiu olhar. Portanto, antes que os filmes sejam uma forma de representar ou comunicar, eles são uma forma de olhar. Antes de expressar ideias, eles são uma forma de olhar. Antes de descrever qualquer coisa, eles são uma forma de olhar. Em muitos aspectos, filmar, diferentemente de escrever, precede o pensamento. Registra o processo de olhar com um certo interesse, uma certa vontade. (MACDOUGALL, 2009, p. 68)

Mais adiante naquele dia da minha primeira ida à campo, à medida em que eu fotografava as hortaliças, um pouco numa tentativa empírica de procurar para onde olhar (MacDougall, 2009) ou, procurando o que

²¹ Evento realizado de 07 a 10 de maio de 2019 na Universidade Federal de Santa Catarina voltado para problematização das relações entre ciência, tecnologia, natureza, vida e futuro, bem como os modos de ver, definir e intervir em um mundo tecnocientificamente constituído.

²² Professor Associado do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) e coordenador do Laboratório de Imagem e Registro de Interações Sociais (IRIS - DAN/UnB).

seria relevante olhar, Seu Anilton me fala mais sobre cada uma delas, quando foram plantadas, quando devem ser colhidas e, eventualmente alguma história sobre quem trouxe aquela muda, alguma preparação que ele desconhecia feita por alguém, ou mesmo me indicando alguma forma de uso. Um ponto de interesse em comum foi alcançado, meu interesse por aquilo que é fruto do seu trabalho (e de outros) e isso o encoraja a contar mais detalhes e me apresentar os pormenores do espaço.

Nesta primeira ida a campo fotografamos com uma câmera semiprofissional da colega Mariana, no entanto, a partir do segundo encontro, quando passo a frequentar sem ela a Horta, opto por utilizar o meu celular para fazer as fotografias, pois este, por ser compacto, além de ser mais discreto e deixar meus interlocutores mais à vontade com a situação, permitia-me também carregá-lo no bolso enquanto desempenhava outras atividades manuais que me eram confiadas, e assim, quando achava oportuno, poderia rapidamente tê-lo em mãos para fotografar as “artes de fazer” (Certeau, 2008) naquele espaço.

Quando ia a campo pela segunda vez, carregava comigo alguns registros fotográficos que já havia feito do meu, até então, meu principal interlocutor, Seu Anilton, posando timidamente com algumas folhas de couve na mão em frente aos canteiros da Horta, cenografia escolhida inteiramente por ele. Apesar disto, não me sentia ainda plenamente inserida em campo, sabia que meu nome não seria lembrado. Eu era, por enquanto, a menina das fotos. Menina, pois, assim é meu lugar no imaginário daqueles com quem mais tenho conversado, senhores aposentados que, de certa forma, também figuram em categorias de representações que faço daquilo que acho que vejo.

Incerta do que encontraria, aproximo-me do espaço da Horta e sinto um grande alívio quando enxergo, ainda distante, o Seu Anilton empenhado com os afazeres do local. Ciente do meu afastamento, utilizo, então, as fotografias que revelei como forma de aproximação e vou de encontro a ele com estas já em mãos para facilitar meu reconhecimento. Após algumas trocas de palavras, Seu Anilton recebe satisfeito as fotografias e logo chama, briosamente, seus colegas para vê-las, o que se constitui em mais uma oportunidade para que eu me insira em campo, interagindo com outros sujeitos que operam papéis importantes no âmbito da Horta. Percebi que a câmera, a partir deste momento, tornou-se mais do que uma ferramenta de registro, mas uma ferramenta propriamente dita de pesquisa, um objeto técnico de caráter funcional.



Foto 2 Seu Anilton posando envaidecido para o retrato. **Foto 3** Seu Anilton em suas práticas cotidianas.

É em seguida que me aproximo do segundo interlocutor que vou considerar fundamental para minha pesquisa, Seu Ataíde, também nativo da ilha e bancário aposentado, quem eu arriscaria dizer ter entre 50 e 60 anos. Apesar de termos nos aproximado mais durante o *lapso 2* da pesquisa, ainda nessa primeira parte foi possível perceber afinidade e desenvoltura em estabelecer relações políticas. Revelou ter, nas palavras dele, dedicado boa parte de sua vida ao “*sonho*” de construir o *Parque Cultural do Campeche*, e, em diversas falas ao longo das nossas conversas, alega ser esse o motivo do seu divórcio como forma de demonstrar tamanha sua dedicação e sacrifício por esse “*sonho*”.



Foto 4 e 5 Seu Ataíde demonstrando como montar uma sementeira. Primeiro para as crianças e depois para câmara.

Segundo Saez (2013) um campo menos clássico, mais próximo, envolve uma variedade menor de nativos e tende a focar em alguns sujeitos paradigmáticos, isto é “[...] aqueles nativos que muito além de agir como auxiliares ou interlocutores de uma pesquisa tornam-se seus mentores, seus diretores e talvez seus autores principais.” (SAEZ, 2013, p. 148). No decorrer da pesquisa, meus principais interlocutores – e mentores – foram o Seu Anilton e o Seu Ataíde (que em pouco tempo retirei a formalidade do pronome de tratamento, chamando só “Ataíde”). Cada qual com seu perfil distinto me auxiliaram a compreender diferentes ângulos daquela realidade compartilhada por nós durante o tempo em que eu estava em campo. Seu Anilton, nativo da ilha, pescador aposentado, que quando criança lidava com a roça, caracterizado como “protetor da horta”, “linha dura” que estava interessado em me introduzir, principalmente, aos afazeres práticos. Ataíde, ex-presidente da Amocam, como o homem das relações públicas, quem me ajudava em entender alguns aspectos políticos e jurídicos que perpassavam aquele espaço.

Como já mencionei, o primeiro contato que estabeleci foi com o Seu Anilton, através de uma introdução de uma colega, e este foi responsável por me inserir de maneira mais prática nas dinâmicas da Horta. Enquanto que eu realizava, assistida por ele, atividades laborais mais simples, que exigiam pouco conhecimento prévio e me permitiam exercê-las de maneira meio independente, como tirar o mato (embora que para isso fosse necessário um compartilhamento comum sobre o que é ou não é “mato”, este acertado antes de eu iniciar a atividade) ou molhar os canteiros, eu observava em paralelo que Seu Anilton desenvolvia outros tipos de atividades nas quais eu não era incluída, como buscar adubo da compostagem, colocar estacas nas novas mudas ou revirar os canteiros.

Quando voltava para casa a bordo da linha de ônibus TIRIO-TICEN DIRETO²³, para não dizer todas, mas muitas vezes, eu estava refletindo sobre minha tarde em campo e questionamentos sobre minha inserção vinham à tona. “Eu não entendo o objetivo da minha pesquisa”, “Não consigo explicitar para meus interlocutores o objetivo da minha pesquisa.” “Tem algum objetivo na minha pesquisa?” “Para que é que eu fui até lá hoje?” “De que me serviram as atividades que desenvolvi nesta tarde?”

Bom, eu passei a maior parte da primeira parte da minha pesquisa (*lapso 1*) me debruçando e perseguindo esses questionamentos, mas foi

²³ Linha de ônibus da rede de transporte coletivo de Florianópolis que opera entre o bairro Centro e o Sul da Ilha.

somente na segunda parte dela (*lapse 2*), quando adotava uma postura mais afastada com relação ao campo, que pude me dar conta de que, na verdade, aquela experiência fazia parte de um processo de aproximação e que, claramente, esse não se daria de maneira imediata.

Percebi, a partir de comentários que escutava acerca dos resultados insatisfatórios das atividades realizadas por outros voluntários com menos experiência como eu, que era necessário, naquele momento, que meu campo não estivesse tão propriamente focado nos meus objetivos de investigação ali, mas ter sim o objetivo de aperfeiçoar as atividades que me eram confiadas, pois ter essa credibilidade seria fundamental para me inserir na complexidade das dinâmicas. À medida em que eu apresentava sucesso nas atividades mais simples que me eram confiadas e me sentia mais segura e confortável com as experiências compartilhadas que estava buscando em campo, também sentia mais abertura, principalmente por parte do Seu Anilton, para que eu me candidatasse e demonstrasse interesse nesse “outro tipo de atividade” que ele estava desenvolvendo em paralelo. Sentia a necessidade não só de concluir satisfatoriamente as tarefas, mas também de constantemente mostrar que “*não tenho frescura para pegar no pesado*”, conforme em certo momento me foi falado por Seu Anilton em tom de elogio.

Conforme progredia no desenvolvimento das atividades sentia também que eu progredia de certa forma em uma escala de pertencimento ao grupo. Passei a acompanhar outro tipo de trabalho, alguns que requeriam um pouco mais de prática aos quais antes eu não tinha acesso, a receber convites para participar de encontros mais informais nos fins de semana, dos quais eu participei apenas de um²⁴. Ainda, mais adiante, já durante o *lapse 2* do meu trabalho de campo, fui convidada a participar do grupo de *WhatsApp* da Horta e a ter a chave do portão, os quais ambos eu recusei por entender que trariam uma complexidade ainda maior para a pesquisa, a qual eu não estaria preparada para lidar.

Assim como para Certeau *et al* (2000), conforme apresento adiante, é importante compreender o gerenciamento da face pública através do qual cada indivíduo torna possível, de acordo com a conveniência, o convívio em uma coletividade, por vezes foi necessário, também, como pesquisadora fazer este jogo de personagens. Para eles, meus principais interlocutores, que para mim eram senhores aposentados, a priori, eu era uma menina, estudante, interessada em suas práticas de

²⁴ Após uma feira realizada no dia 1º de maio de 2019, quando houve a missa de abertura da safra da Tainha, participei de um almoço junto a outros voluntários. Sobre isso ver página 48.

agricultura. Realizar um trabalho de análise e escolha desses papéis contribuiu para um conjunto de lentes pelo qual eu aprendia mais a medida que um ou outro “eu”, de maneira mais ou menos consciente para mim, destacava-se em campo e possibilitava estabelecer diferentes configurações de relação.

Sob vistas da questão metodológica, anoro a pesquisa à “perspectiva situacional” que Agier (2011) apresenta. O autor a concebe a partir de duas noções-chave: a “situação” na sua coerência interna e o “*setting*” (o quadro social, a disposição dos constrangimentos). Sua abordagem de análise situacional procura compreender o contexto estrutural dentro do qual as interações estão localizadas (quadro social) e quais são os efeitos de um tal contexto sobre as normas de comportamento dos atores.

Deste modo, para tornar esta análise possível eu opto por realizar uma participação observante²⁵ (Wacquant, 2002), na qual, principalmente durante o *lapse 1*, imerjo de maneira bastante participativa nas dinâmicas cotidianas, onde a minha própria experiência de inserção como pesquisadora, foi também, minha experiência de ser, à sua maneira particular, gradualmente incorporada como parte do grupo.

O pesquisador, na verdade, está bem visível aí no palco, não necessariamente no seu centro. E mais vale contar com isso. O pesquisador nunca contempla um campo em si, mas um campo-com-pesquisador, e um campo-para-o-pesquisador. Isso significa simplesmente que o pesquisador não pode deixar de ser social, e que o fruto do seu trabalho está composto precisamente das suas interações em campo. (SAEZ, p. 145, 2013).

Foram algumas conversas entre capinadas e plantios, após entender um pouco mais sobre o jogo de relações que envolvia a conquista e permanência no espaço, para que a abstrata “Horta Comunitária” fosse se tornando um objeto mais claro e consistente no meu imaginário. Nesse sentido, em um movimento de tentar entender quem são as pessoas que frequentam a Horta do Parque Cultural do Campeche e o quanto cada uma delas está inserida no “ambiente social”, tenho como intuito observar a dinâmica de proximidade e repetição de pessoas e atividades a fim de

²⁵ Consiste, segundo o autor, em apreender em si mesmo um sentido prático da realidade cotidiana estudada para poder analisar as categorias e relações que organizam a conduta ordinária e os sentimentos de seus interlocutores.

entender, nos termos de Certeau (2008), como estas “consomem o espaço público”.

2.1. O espaço público como palco de práticas culturais

O bairro se define, para Certeau *et al* (2000), como uma organização coletiva de trajetórias individuais. Sendo o bairro a soma dessas trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação, considero ser possível pensar este recorte também no caso de um espaço um pouco mais delimitado como a Horta do Campeche, que, da mesma forma abarca uma colisão de trajetórias daqueles que se inscrevem nas suas dinâmicas de sociabilidade, contribuindo para construção de um espaço coletivo.

É a partir da formação de uma rede de interações entre indivíduos impulsionada por diversas motivações que constituem a vida social que se emergem as sociedades complexas (Simmel, 2006). Essas têm como uma de suas principais características a coexistência de diferentes “estilos de vida” e “visões de mundo” (Velho, 2003), proporcionando um emaranhado de ações e reações, desenvolvidas no cotidiano das diversas formas e conteúdo das relações sociais.

Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros. (SIMMEL, 2006, p. 59-60).

A sociedade seria então estabelecida como o produto das manifestações de contato social, na medida em que “os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros”. (SIMMEL, 2006, p.17).

Da diversidade de papéis sociais desempenhados na vida cotidiana aos diferentes universos simbólicos constituídos a partir das redes de significados (Geertz, 2008) compartilhadas pelos indivíduos em suas ações cotidianas, os indivíduos filiam-se a diferentes identidades coletivas em sua trajetória social, estando eles no ponto de intersecção de vários mundos na sociedade complexa (Simmel, 2006). Isso se torna

possível pela identificação de uma linguagem mínima comum básica que constitui um sistema compartilhado de crenças e valores (Velho, 2003), mas admite certa variação individual de acordo com o grau de adesão e identificação.

Nesse sentido, Certeau (2008) apresenta dois aspectos através dos quais a organização da vida cotidiana se articula. Em primeiro lugar fala sobre os comportamentos, que são aqueles que se traduzem pelo vestuário, pela aplicação mais ou menos estrita dos códigos de cortesia (saudações, palavras “amigosas”, pedido de “notícias”), o ritmo do andar, o modo como se evita ou ao contrário se valoriza este ou aquele espaço público; e em segundo, os benefícios simbólicos que se espera obter por tal maneira de se portar. Ou seja, os benefícios simbólicos ao ter seu reconhecimento de pertencimento ao grupo. Desta forma o “compartilhamento de significados” (Agier, 2011) acerca dos comportamentos mais ou menos aceitos são utilizados para identificar aqueles que integram o coletivo e o quanto mais ou menos estão inscritos nas práticas locais. A acumulação e combinações de categorias produzem, e mais tarde organizam, o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna o lugar de um reconhecimento e prestígio.

É, então, por conta da “conveniência” (Certeau *et al*, 2000) que cada indivíduo assume o compromisso de renunciar, em partes, aos seus impulsos individuais a fim de contribuir coletivamente e a fim de tornar o espaço público possível. Ainda nas palavras do autor, a coletividade é “[...] Um lugar social que induz um comportamento prático mediante o qual todo usuário se ajusta ao processo geral do reconhecimento, concedendo uma parte de si mesmo à jurisdição do outro” (CERTEAU *et al*, 2000, p.47).

Através do gerenciamento simbólico da face pública de cada um, aquilo que Certeau *et al* (2000) chama de conveniência, o usuário torna-se parte de um contrato social no qual ele se obriga, em partes, a respeitar para que seja possível a vida cotidiana. A contrapartida aos indivíduos que realizam este contrato é certeza de ser reconhecido, considerado por seus pares. Nestes termos, o bairro se transforma em um palco diurno (Certeau *et al*, 2000) cujos personagens se manifestam no papel que a conveniência lhes atribui (o manezinho, o estudante, o pescador, o aposentado, o bancário, etc.; ou, no meu caso, a pesquisadora ou a voluntária da Horta) sendo esta uma categoria relacional e flexível que configura o gerenciamento da face pública do indivíduo de acordo com as circunstâncias e interesses.

2.2. Maneiras de fazer

Tratando-se de uma Horta Comunitária localizada em um bairro que foi e continua sendo, assim como o restante de Florianópolis, alvo de uma expansão urbana, suas formas de fazer fundem-se a partir uma colisão de heterogêneas trajetórias e diferentes estilos de vida (Velho, 2003), na qual os saberes tradicionais daqueles considerados “nativos”, aposentados que, em sua maioria tiveram ao longo da vida contato com práticas de pesca e agricultura são perpassados por saberes outros advindos de trajetórias outras, estudantes, professores universitários, etc. É nesse sentido, portanto, que os afazeres práticos da Horta – plantar, roçar, capinar, etc. – categorizam-se como parte de um mundo rural que encontra sua maneira de existir em um meio urbano, constituindo, dessa forma, seus particulares arranjos socioculturais.

Neste contexto, as “artes de fazer” – que, para Certeau (2008), são as práticas que compõe o cotidiano pelas quais os usuários se apropriam do espaço – são constantemente negociadas e rearranjadas coletivamente com mais ou menos dificuldade de acordo com os atores envolvidos no processo. Quando se trata de um voluntário com menos experiência negociando com um voluntário fixo, por exemplo, as relações de poder e hierarquia aparecem de forma mais claras na relação, configurando-se muito mais como uma relação de aprendizado, uma transmissão do “saber fazer”, do que de disputa. Posição, por exemplo, muitas vezes experimentada por mim enquanto ouvia Seu Anilton, Ataíde ou algum outro voluntário ou voluntária passando as técnicas corretas para este aquele afazer. Já quando dois voluntários fixos negociam suas formas de fazer, tanto com relação às atividades práticas da Horta, quanto aquelas ligadas a demandas organizacionais – constituição de associação, uso do espaço, etc. – essa negociação pode se resolver de maneira fluida ou travada, provocando, inclusive, dissidências entre o grupo.

Sobre este último caso, faço referência a uma conversa que participei, mais em caráter de ouvinte e espectadora, durante um almoço em um restaurante a quilo qualquer após uma “*feirinha da Horta*” realizada no evento da missa de início da safra da tainha, em 1º de maio de 2019. Estavam presentes quatro voluntários fixos, dos quais somente um morador nativo, e um voluntário esporádico. Foi durante este almoço que tive a oportunidade de me aproximar de outros interlocutores. Um destes eu já havia conhecido outro dia, durante o *lapso 1*, em que este que estava na Horta junto com Seu Anilton, mas não tivemos contato depois disso.

Abrindo um pouco sobre o meu projeto de pesquisa, fui alertada que eu deveria “*ouvir as outras versões*” sobre aquela Horta, o que, mais uma vez, foi um *insight* para entender as complexidades daquele coletivo, dessa vez voltando meu olhar para o interior das dinâmicas da Horta Comunitária e descobrindo as alteridades produzidas a partir das vivências do cotidiano. Entendi então, que eu deveria me afastar momentaneamente para poder escutar as outras versões de um outro grupo que também estava requisitando ser ouvido.

Durante o almoço, o que era comentado, era em forma de cochicho, sobre um estatuto, sobre uma associação. Em outro momento um de meus interlocutores já me havia comentado sobre uma assembleia realizada recentemente a fim de criar a “Associação Amigos do PACUCA”, relatou-me também que em um momento anterior o que estava em pauta era a criação de uma “Associação da Horta” a fim de buscar recursos públicos, principalmente junto à Prefeitura Municipal, para a manutenção do espaço, aquisição de equipamentos, mudas, etc. No entanto, “*se vamos criar uma associação da Horta, fazemos uma de vez do PACUCA*” diz ele. Contudo, apesar de realizada a assembleia de criação da “Associação Amigos do PACUCA”, surgia ainda algumas falas de discordância. Outras vozes deixaram clara sua posição de que tal estatuto deveria institucionalizar uma associação exclusiva para as demandas da Horta, pois uma nova construção ao lado foi erguida, agora fazia lado com a Horta um pequeno curral e galinheiro, e esses novos usuários deste novo espaço eram motivo de certa insegurança pois não possuíam tanta proximidade com parte dos usuários da Horta. Já para alguns participantes nativos, seriam essas, também, construções de uso coletivo nas quais os bois e galinhas de diferentes pessoas poderiam compartilhar do mesmo espaço. Pareceria aí que há uma certa intencionalidade no discurso destes últimos, a fim de arrematar que as práticas naquele espaço deveriam sempre remeter ao uso coletivo e que isto colocaria em prática uma parte daquele sonho idealizado de Parque.

No entanto, estes que abrigam seus animais ali, pouco tem a ver ou participam das dinâmicas da Horta, são colegas de longa data e moradores nativos do bairro interessados em um espaço coberto para seus bois e galinhas. Essa nova ocupação, para alguns dos moradores nativos e participantes da Horta, representa um passo a mais para a construção do *Parque Cultural do Campeche*, o qual mencionam que “*deve possuir as raízes do bairro*” fazendo referência às práticas de criação de gado e aos engenhos de farinha que existiam no local. Falas que deixam entender

que, apesar de haver um desenho pronto de seu projeto²⁶, a construção deste Parque se dá como um processo gradual a partir de ideais de ocupação. Para outros, moradores mais recentes do bairro, no entanto, por não compartilharem das mesmas perspectivas, a nova ocupação figura como um terreno desconhecido.

Verifica-se, nesse contexto, que o emaranhado de várias trajetórias individuais implica uma negociação da realidade (Velho, 2003) na qual o reconhecimento da diferença é fator constitutivo da sociedade. Não só o conflito, mas a troca, a aliança e a interação em geral constituem a própria vida social através da experiência, da produção e do reconhecimento explícito ou implícito de interesses e valores diferentes. É possível perceber, além disso, que essas questões de identificação e diferença se manifestam também através da forma como os corpos se inserem no espaço social, conforme abordo a seguir.

2.3. O uso do corpo

Vale ressaltar que, mesmo que de maneira inconsciente, o corpo funciona como suporte de uma mensagem social e, a partir das formas de vestir, falar e gesticular articuladas conjuntamente tornam legíveis o respeito ou desvio com relação ao sistema de comportamentos. Serve, desta forma, como instrumento que dá visibilidade às práticas culturais à medida que um usuário de um grupo assume seu lugar na rede das relações sociais cotidianas no ambiente.

O corpo é, portanto, portador de uma procura que uma censura faz conter-se dentro da ordem da conveniência impondo-lhe controles que a protegem contra ela mesma e a fazem, assim, apresentável no espaço social. (CERTEAU *et al.*, 2000, p.54)

²⁶ Ver página 32.



Foto 6 Exibindo os canteiros em pose de autoridade.



Foto 7 Seleccionando hortaliças para um visitante fortuito.

Usando roupas mais surradas e de tecido leve que permita a execução de movimentos de maneira mais livre é como os voluntários que frequentam a Horta costumam se vestir. Os voluntários fixos, além disso, regularmente vestem uma camiseta de malha verde com o símbolo da Amocam, quase que um uniforme, para se destacarem com evidência como detentores de uma certa autoridade no espaço. Nesse sentido a escolha das vestimentas, unida ao acúmulo do conjunto de *saberes de*

técnicas e técnicas do saber classificam diferentes formas de estar inseridos na Horta Comunitária.

Penso por *saberes de técnicas* o capital cultural que os voluntários adquiriam ao longo de suas vidas sobre técnicas de plantio, colheita e propriedades das plantas. No caso dos mais velhos, como Seu Anilton, geralmente este saber foi desenvolvido por conta do trabalho na roça durante a infância, outros, um pouco mais novos, inclusive voluntários fixos como Ataíde, Zilmara e Nega, quando os pergunto, revelam ter aprendido muita coisa pela internet, principalmente *YouTube* e *Facebook*. Há, ainda, um segundo grupo de pessoas mais novas que desenvolveram os saberes de técnicas a partir da formação de ensino superior. Já as *técnicas do saber* envolvem a habilidade e desenvoltura, que cada ator desenvolve a partir da experiência empírica, para colocar em prática os *saberes de técnicas*. Sendo estes a maneira de plantar, colher, capinar, regar, etc.

Como se vê, os sujeitos elaboram suas maneiras de fazer através da forma como escolhem se inserir (e inserir seus corpos) nas práticas cotidianas de um grupo, tornando-se mais ou menos inseridos neste ambiente social, quanto mais ou menos compartilham da mesma rede de significados (Geertz, 2008).

Nesse sentido, buscando ilustrar as dinâmicas do corpo e artes de fazer (Certeau, 2008) cotidianas apresento a seguir uma sequência de pranchas fotográficas em algumas diferentes situações que acompanhei durante o *lapse 1* da pesquisa.

2.3.1. Artes de fazer arte



Aline, professora de Geografia do Ensino Médio e voluntária esporádica da Horta Comunitária. A pedido do Seu Anilton e por gosto próprio, desenvolve em sua grande parte atividades relacionadas à pintura de placas para serem dispostas no espaço, tanto com mensagens de recepção quanto algumas outras informativas sobre algumas regras a serem seguidas.



2.3.2. Artes de cuidar



Logo quando estava me inserindo nas práticas cotidianas da Horta Comunitária e acompanhando algumas tarefas que, a princípio parecem mais simples, diversas vezes fui alertada sobre a técnica correta a utilizar na hora de regar as plantas

pressionando com o dedo uma parte do bico da mangueira a fim de que a água esguiche uniformemente pelos canteiros.



2.3.3. Artes de eliminar pragas

Os caramujos africanos, como são conhecidos, são tidos na Horta como uma praga, pois comem as folhas de couve e aparecem em grande quantidade após dias de chuva. Devido à sua cor confundem-se facilmente com a própria terra passando algumas vezes despercebidos. Seu Anilton os segue a partir dos rastros que deixam nas folhas da couve e, bastante interessado que eu faça algumas fotografias, ateia fogo numa porção deles

junto com um bolo de “mato” que retiramos dos canteiros.



2.3.4. O plantar também como um afazer lúdico



Por vezes a Horta Comunitária recebe visitas de turmas de educação básica de colégios da região, quando fica repleta de crianças. Porém, além dessas ocasiões, vez ou outra filhos de voluntários acompanham seus pais em uma ida à Horta, normalmente feitas de maneira mais rápida. Nestas fotos, faço o registro de Ataíde transformando sua atividade de preparar sementeiras em um evento de entretenimento para as crianças (e para mim), ensinando passo a passo do procedimento.

2.3.5. Plantar e transmitir



Carregando um carrinho de mão e um celular para fazer as fotos, acompanho Seu Anilton e outra voluntária iniciante em um plantio de sementes de abóbora e fruta-pão para experimentar na prática cada etapa do processo – buscar adubo, capinar, cavar, semear e estaquear. Seu Anilton demonstra, com a precisão da experiência, os gestos que devemos fazer para trabalhar de maneira eficiente.



2.3.6. Artes de compartilhar



Em um dos quentes dias de janeiro de 2018, Seu Anilton, antes de começar a desenvolver os afazeres do período vespertino, seleciona uma melancia para colocar em uma das caixas de água da Horta. Ao final da tarde, com a melancia já fresca, chama a todos que estavam trabalhando naquela tarde para sentar à mesa e compartilhar a fruta.



3. TROCAS E RECIPROCIDADES

Em seu trabalho “Ensaio sobre a Dádiva”, Marcel Mauss aborda a constituição da vida social a partir de um constante dar e receber. Apresenta como dar e retribuir se colocam como obrigações, apesar de organizadas de modo particular em cada caso. A partir da comparação entre diferentes sistemas de dádivas, os quais não se configuram por meras trocas de presentes, mas por prestações e contraprestações a serviço de novas alianças e do fortalecimento das antigas, o autor explicita o princípio comum que regula essas trocas: a obrigação de “dar, receber e retribuir” (Mauss, 2003).

Por ultrapassarem a esfera econômica, apresentando-se como a materialização da vida social em suas variadas dimensões, Mauss (2003) mostra ainda que tais relações de troca carregam consigo uma dimensão moral que agrega sentido às relações sociais:

Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; [...] ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos [...]. Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias [...]. (MAUSS, 2003, p.191)

Ou seja, percebe-se que a interação se constitui na forma como os determinados impulsos, sentimentos e desejos que estão no indivíduo, são realizados à medida que este, por sua vez, sai da individualidade em busca de certas finalidades nas quais o objetivo consiste em se sociar com o outro.

Tão próximo da ideologia da generosidade e do altruísmo, o ato de dar, mostra-nos Mauss, não é um ato desinteressado. Isso não se limita à praticados “chefes”. O ato de dar pode assim se associarem maior ou menor grau a uma ideologia da generosidade, mas não existe a dádiva sem a expectativa de retribuição. (LANNA, 2000, p. 176)

Além do eventual rompimento de alianças, recusar o bem ofertado significa reconhecer uma posição inferior em relação ao doador e admitir a incapacidade de retribuir à altura o que lhe foi dado. Prestações devem ser retribuídas, se não imediatamente, em momento posterior, assumindo um caráter disfarçadamente desinteressado, sem expectativa imediata ou sem a certeza de retorno, com vista a criar, manter ou reproduzir a sociabilidade (Sabourin, 1999), sendo esse paradigma de interesse e desinteresse outro aspecto importante da análise de Mauss (2003).

A partir das idas a campo e, particularmente, a partir da participação das tarefas e afazeres da Horta, foi possível perceber que o que é produzido ali obedece também à uma lógica de distribuição, sendo aqueles voluntários mais experientes, principalmente (novamente) Seu Anilton e Ataíde e alguns outros poucos, responsáveis organizar essa prática, justamente por serem estes voluntários fixos os responsáveis pelos cuidados diários da Horta arcando, inclusive, quando necessário, com investimentos monetarizados para compra de materiais, mudas, conta de luz, entre outros.

A Horta tem uns 20 voluntários, 10 que pegam mais ainda. O voluntário o nome já diz, é muito flexível. Ele é flexível e tu ser voluntário não tem como cobrar. O pouco que ele dá já é bastante, dentro da possibilidade da vida dele. [...] E aí desses 10 que pegam mais, tu tem 7 guerreiros, 6 [...]. Aí eu tenho esse time de 6, 7 que tá sempre revezando, agora eu perco dois agora pra tainha, que vai ter a pesca da tainha agora [...]. Quando dá um mar grande eu quero surfar, eu tô eles não tão. (Ataíde, relato oral, 2019)

3.1. O prestígio

Partindo do ponto de que não há obrigatoriedade de retribuição igualitária nas prestações de dar, receber e retribuir, porque existe devolução, mas sem contagem ou simetria, e é justamente este aspecto que confere à dádiva o caráter de criadora de sociabilidade (Sabourin, 1999), é possível pensar então que é a generosidade um elemento que confere “[...] prestígio e fama que se tornam fontes de autoridade ou de poder” (Sabourin, 1999, p. 43). Dito de outra forma, é justamente o caráter

desigual das prestações que, ao mesmo tempo que confere aos generosos o prestígio, mantém os outros, recebedores de pródigas dádivas, amarrados à relação de devolução. Assim muitas vezes pude, além de presenciar, sentir a estrutura da dádiva nas prestações que perpassam as relações de produção e sociabilidade na Horta Comunitária, sendo algumas vezes em que recebia uma parcela da produção (retribuição) que considerava superior ao que teria sido minha eventual contribuição, sentia-me “constrangida” de certa forma a contra-retribuir positivamente em outros momentos, evitando permanecer naquele lugar de devedora. Sendo assim:

A lógica de reciprocidade motiva uma parte importante da produção, da sua transmissão, mas também, do manejo dos recursos e dos fatores de produção. [...] Trata-se de uma gestão compartilhada de bens coletivos, mas também de uma forma de dádiva produtiva, uma forma de solidariedade na produção. (SABOURIN, 1999, p. 42)

Ainda, as noções de honra e prestígio perpassam a economia da dádiva, sendo essenciais para garantir a circularidade e reversibilidade das trocas. Ao realizar uma prestação, o grupo doador ocupa momentaneamente uma posição superior em relação ao donatário, estabelecendo uma dívida. Como foi apresentado, o que se troca não são somente bens e serviços, aliás, outro ponto fundamental com relação à análise de Mauss (2003) é compreender que a relação que ele chama “dádiva-troca” se diferencia da troca mercantil na medida que essa (a dádiva-troca) está associada a um valor ético e àquilo que vem a chamar de “moral da dádiva-troca”. Nas obrigações “dar, receber e retribuir” Mauss (2003) afirma haver a criação de um “laço espiritual” entre os atores da dádiva e atribui à existência dele (este “laço espiritual”) a “força” dentro da coisa dada que empela à retribuição, o qual chama de *mana*. Este *mana* (“força” dentro da coisa dada) estaria associado de maneira inalienável ao nome do doador, ou seja ao seu prestígio, dessa forma no “sistema de dádiva” o doador “deveria recuperar seu bem, mas porque o donatário quer resguardar seu *mana*, seu *prestígio* [...]” (SABOURIN, 2008, p. 133).

A dádiva equivale, para Mauss, a um crescimento da consciência de ser, a um incremento de autoridade e de fama para o doador. Dar não é mais oferecer algo de si, mas adquirir esse “si”. [...] nas

dávivas não existe nem troca, nem compra. A dádiva e a contradáviva [...] pertencem a uma dialética social e econômica polarizada pelo prestígio e pela honra (SABOURIN, 2008, p. 133)

O *prestígio*, então, nasce da *dáviva* e diz respeito àquele que toma a iniciativa para construir seu próprio nome, sua fama. O prestígio, portanto, não corresponderia ao ego do doador, mas ao ser ao qual ele aspira ser, que não lhe preexiste e que deve ser produzido mediante a relação de reciprocidade (Temple e Chabal, 1995 *apud* Sabourin, 2008).

3.2. As participações e *contrapartidas* privadas

A Horta não existe sem participação do privado [...] não há impedimento de fazer essas parcerias, desde que as coisas sejam limitadas, que haja um limite dentro das coisas. Não é um empresário que veja só seu lado. (Ataíde, relato oral, 2019)

Em 2014 o Ministério Público Federal entrou com uma Ação Civil Pública solicitando um estudo ambiental e histórico do terreno do *Antigo Campo de Aviação*, local onde se há a intenção de construir o *Parque Cultural do Campeche*, que resultou em uma sentença favorável de destinação a área ao “uso sustentável”. Não há, no entanto, qualquer formalização contratual legal com relação ao uso do espaço para criação de uma Horta Comunitária, exceto aquelas amarradas verbalmente com certas autoridades federais.

O cara chegou ali um dia, um velhinho, “Não, não, senhora, a senhora pode colher. Aqui são pago pela Prefeitura”. Ah é muito lindo né, ou seja, [...]. Muita gente pensa que a Prefeitura banca aquilo ali, muita gente acha que tem dinheiro público ali. (Ataíde, relato oral, 2019)

O que decorre dessa ocupação informal é que, por se tratar de um projeto de iniciativa popular, independente de verbas públicas (as quais Ataíde faz questão de afirmar e reafirmar “*não entrou nenhum centavo*”), além de algumas quantidades de dinheiro serem colocadas por estes

voluntários fixos que estão mais presentes, há também a participação de iniciativas privadas a partir de **contrapartidas**.

A Horta iniciou, conforme relata Ataíde, a partir de uma conversa com a pessoa que era, à época do início do projeto, presidente da Comcap²⁷, juntamente com um colega proprietário de uma empresa de compostagem.

*Nisso, há quatro anos atrás ele [presidente da Comcap] veio falar comigo, marcamos uma reunião. Aí fomos lá, vamos fazer uma compostagem [...]. Tiramos a lixarada tudo, raspamo a lixarada, tem que ter iniciativa, mesmo sabendo que podia levar um processo da Polícia Federal. [...] Ele [este colega proprietário de uma empresa de compostagem] tem uma empresa, né, ele tem uma finalidade privada. Isso aí eu tinha que discutir e conversar bem. Essa mistura, né, do público e privado. Dá pra fazer. Sempre entendendo que... Eu piso em ovos, né, tem que saber bem lidar com isso. Aí ao mesmo tempo tinha que ver isso e ao mesmo tempo tinha que ver o lado capital dele, aí tinha que pensar o lado dele dando uma **contrapartida** pra Horta, adubo. (Ataíde, relato oral 2019)*

Na falta de um aparato público que de conta de atender às demandas necessárias para execução do projeto do *Parque Cultural do Campeche*, Ataíde encontra nas contrapartidas uma das formas de fazê-lo acontecer, principalmente no que diz respeito a conseguir materiais, madeiras e tijolos, necessários para montar canteiros e outras estruturas mais básicas. Funciona dessa maneira também para conseguir alguns produtos agropecuários mais baratos ou até a preço de custo, dando indícios de que, assim como a Horta, esse projeto do Parque acontece como uma construção temporal processual no qual elementos ideais são colocados em prática a partir de uma perspectiva particular de ocupação.

É porque eu tô entendendo que o poder público não vai fazer o parque, é muito grande.

²⁷ Autarquia de Melhoramentos da Capital. Responsável pela coleta de resíduos sólidos e pela limpeza pública da cidade.

Então não vai... Agora ninguém quer uma coisa... Nós queremos ciclovia, calçada, campo de futebol, coisas baratas de fazer. E se ele não fizer nós vamos fazer parceria com empresas privadas. Aí a empresa vai ter um legado. (Ataíde, relato oral, 2019)

Uma parte daquilo que é produzido, como aipim, cana, abóbora e outras plantas rasteiras, é plantado diretamente no solo. Uma outra parte como alface, couve, cenoura, rúcula, beterraba e demais hortaliças são plantados em extensos canteiros de madeira, com cerca de 90cm de altura. As tábuas utilizadas para a construção dos canteiros são geralmente obtidas com construtoras que estão realizando obras pela região e, devido a sua baixa qualidade, tem uma durabilidade média de um ano, fazendo com que periodicamente tenham que ser renovadas. Sobre isso Ataíde ainda reclama da “*falta de bom senso*” de algumas empresas, pois na última obra que ele havia visitado lhe ofereceram madeiras inutilizáveis, diz ele:

Ou seja, os caras tão fazendo uma obra aqui no bairro, colocam propaganda do Parque e tudo, mas na hora de contribuir não querem. (Ataíde, relato oral, 2019)

Em um dos momentos mais recentes que estive visitando a Horta, durante o *lapso 2*, logo quando chego, vejo Ataíde fazendo a medição destes canteiros de madeira. Em seguida, vem até mim com um projeto rascunhado à mão e conta que conseguiu fechar uma parceria com a Pedrita²⁸ para que a empresa fornecesse, sem custo para a Horta, blocos de concreto para construção de novos canteiros, substituindo permanentemente aqueles outros feitos de madeira e de durabilidade determinada.

Nós queremos saber que ele [a empresa] pode ficar marcado, ou seja, deixar um

²⁸ Mineradora instalada no bairro do Rio Tavares desde 1973 que lavra e beneficia *diabásio* e *granito*, dois materiais básicos na construção civil. Possui licença ambiental para explorar a mina até 2021 e atualmente realiza estudos para ampliar a licença por mais 20 anos, o que no início de 2018 foi motivo de mobilização e protestos por parte de moradores locais, inclusive o próprio Ataíde, que se posicionaram contra a permanência da empresa.

legado. Se eles investirem no PACUCA, na construção do Parque, vai ser um legado, um legado pra empresa. [...] é lei isso, contrapartida ambiental, isso é lei, tá lá. Então não por que investir no PACUCA? (Ataíde, relato oral, 2019)

Devido ao grande reconhecimento e repercussão que a Horta obteve progressivamente desde seu início, a principal contrapartida que se oferece para aquelas empresas que acordam em fazer algum tipo de contribuição é o reconhecimento, nas palavras de Ataíde o “legado”, que esta terá para com a comunidade, configurando a partir dessas relações, mais um mecanismo a partir do qual se constitui um sistema de dádiva na Horta.

3.3. Prestações e contraprestações

Para entender as dinâmicas de circulação das frutas, verduras, composto orgânico, prestígio, tarefas e investimentos monetários que impulsionam as relações de produção e distribuição na Horta, elaborei uma classificação de seis mecanismos de dádiva-troca, os quais exponho abaixo:

3.3.1. Visitantes fortuitos: Aqueles que aparecem na Horta de maneira pontual, normalmente aparecem para saber como funciona ou para deixar materiais orgânicos para compostagem. Estes normalmente trocam algumas palavras de reverência ao projeto e levam para casa um pé de alface e folhas de couve, o que há de mais abundante na Horta. Outras vezes essas visitas fortuitas eram realizadas por jornalistas ou outros profissionais interessados em produzir matérias jornalísticas sobre o funcionamento da Horta, nesses casos, desconheço se levavam alguma hortaliça, mas, de qualquer forma, seu benefício no processo se dava pela própria obtenção de meios para produção do material.

Durante o *lapso 1* da pesquisa, momento em que, conforme mencionei algumas vezes, estive mais próxima de Seu Anilton desenvolvendo práticas do cotidiano e o acompanhando em seus afazeres, pude presenciar algumas situações nas quais curiosos apareciam procurando saber como funciona a Horta, às vezes realmente interessados em conhece-la e outras, desconfio, usavam disso como pretexto para levar

alguma horta orgânica para casa, conforme me relatou Ataíde em uma conversa posterior:

Tem centenas de histórias igual a essa, de cara playboy de Landrover, toda vez que vem buscar, de sacola cheia, pergunta: “Como funciona aqui?” eu disse pra ele: “É só vir, serviço não falta”. O cara veio uma vez, trabalhou um dia, nunca mais voltou. (Ataíde, relato oral, 2019)

Não obstante, essa situação representa ainda um “gerenciamento da face pública” (Certeau *et al*, 2000) daquele que procura ser inserido nas dinâmicas do grupo, mesmo que de maneira parcial para obter um tipo de retorno pessoal imediato. Nesses casos, devido ao não cumprimento da dádiva-troca, fica evidente o rompimento da relação.

3.3.2. Voluntários esporádicos: Aqueles que aparecem de maneira pouco regular na Horta, mas que tem um histórico de longa data com diferentes tipos de contribuições e, por isso, tem seu reconhecimento para com os voluntários fixos. Como no caso de Aline, professora de Geografia, que, apesar de não estar presente regularmente na Horta, é a responsável pela confecção de boa parte das placas que estão no local, recebendo por isso, bastante reconhecimento pelos seus trabalhos, principalmente por seu Anilton, que sempre elogia “suas artes”. Estes, muitas vezes com a presença um tanto quanto ilustre, costumam receber boas recompensas pelo seu aparecimento e contribuição. É nesta categoria que eu mesma me encaixaria, passando por alguns períodos de acompanhamento mais intenso, e mais distante em outros intervalos. A minha presença se torna de alguma forma também ilustre, claro, após um tempo, tanto demonstrando competência para desempenhar as tarefas manuais que me eram confiadas, quanto, acredito eu, ao demonstrar preocupação em realizar, sempre que possível, uma restituição da minha pesquisa, procurando em diversas oportunidades conversar, principalmente com Seu Anilton e Ataíde, mas também com outros, sobre minhas questões em campo, sobre o que é ou deixa de ser a Antropologia e, também, mostrando posteriormente os resultados das fotos que fazia na Horta.



Foto 8 Prestígios, reciprocidades e prestações desiguais.

Seria difícil tentar encontrar o momento exato em que passo a ocupar essa posição de ilustre na Horta, no entanto o percebo quando, por exemplo, tive a oportunidade de receber de Seu Anilton um dos primeiros cachos de uva verde produzidos na Horta. Ou quando recebi, também dele, alguns dos poucos sabugos de milho provenientes da colheita de 2018. Entre tantas as vezes que vim para casa com minha bolsa cheia, esta da **Foto 8** acima foi uma das que resolvi registrar.

3.3.3. Voluntários Fixos: Classifico os voluntários fixos como aqueles que tem, além bastante regularidade – frequentando a Horta três vezes ou mais por semana, como no caso de Ataíde e Seu Anilton que estão presentes diariamente –, influência nas decisões relativas tanto à organização das dinâmicas de plantio, quanto poder para propor certo tipo de medida mais imponente como ocorreu com a instalação de um portão que apresento mais a frente. Além disso, eventuais custos com compra de mudas, energia elétrica e similares é rateado entre eles de acordo com a possibilidade financeira de cada um. Estes, apesar de levarem para suas casas uma parte daquilo que é produzido na Horta, o fazem com menos abundância do que os “voluntários esporádicos”, sendo que sua maior gratificação parece vir pelo reconhecimento e “prestígio” pelo seu

trabalho, nesse sentido Sabourin (1999) argumenta que investimentos monetarizados às vezes são assumidos, apesar da sua incerteza econômica, por gerarem atividades e relações sociais (alianças).

3.3.4. Feiras: O que é chamado de “feira” são distribuições dos produtos mais abundantes realizadas em áreas economicamente desfavorecidas da região.

Também é utilizado para falar da distribuição desses produtos em eventos do bairro do Campeche, como a “feirinha da Horta” que ocorreu na parte externa do Rancho Cultural do Pescador, durante a missa da abertura de safra da pesca da Tainha, em maio de 2019. Como parte deste evento foram levados cerca de mil pés de alface, rúcula e couve para serem distribuídos na “feirinha da horta”, que ocorreria após a missa. No entanto, segundo informações, o evento foi divulgado também pela Amocam, e em virtude disso, antes mesmo de acabar a procissão já haviam senhoras esperando com sacola para pegar suas verduras. “Isso é fila do posto?”, perguntou de brincadeira o Ataíde, fazendo uma comparação que 4h da manhã já tem uma fila de mulheres com crianças esperando o posto abrir para receber atendimento.

Infelizmente por conta do horário de ônibus de domingo, quando cheguei na praia, por volta das 11 horas, os voluntários presentes já estavam recolhendo as caixas de feira. Quando os encontrei logo perguntei se a feira havia acabado, responderam-me “*passou o vento sul*”, para dizer que tudo voou, acabou rápido. Segundo os relatos a “feirinha da Horta” foi um sucesso, pois “*foi um grande empurra-empurra para conseguir pegar as verduras e até o Prefeito²⁹ saiu com um pé de alface em mãos*”, fazendo referência ao reconhecimento e prestígio prestados pelo evento.

3.3.5. Visitas de escolas: Há, na Horta, um canteiro de morangos dedicado exclusivamente para atender às crianças que vêm conhecer a Horta como uma atividade do colégio. Apesar de não ter participado de nenhuma, volta e meia quando chegava na Horta, alguns comentários sobre a visita de alguma escola que acontecera recentemente ou que estava marcada para os próximos dias predominavam na conversa. As visitas acontecem geralmente através do agendamento de um terceiro, ou seja, através de algum familiar ou conhecido de um dos voluntários fixos que possui contato ou trabalha em tal escola interessada, e demandam de

²⁹ Gean Marques Loureiro, eleito em 2016 Prefeito de Florianópolis.

uma certa organização para escalar quem estaria presente acompanhando a visita e para eventuais feituas de lanches para as crianças.

3.3.6. Empresas Privadas: As parcerias com empresas privadas acontecem, como demonstrei acima, principalmente através de *contrapartidas*, nas quais a empresa oferece algum material necessário para a Horta e recebe, em troca disso, a efetivação de uma aliança de reconhecimento e bom relacionamento com a comunidade.

3.4. Um sistema da dádiva na Horta do *Parque Cultural do Campeche*

Conforme Sabourin (1999), Mauss diferencia a reciprocidade direta, tida como aquela referente a prestações materiais ou simbólicas devolvidas entre dois indivíduos ou dois grupos, da reciprocidade indireta, que acontece quando estas prestações não são devolvidas diretamente a quem os deu, mas sim a um outro grupo ou indivíduo que as devolverá para outro grupo ou indivíduo e assim por diante. Essa forma de dádiva indireta se configura como um mecanismo, sistema da dádiva, que possibilita, no caso da Horta Comunitária, uma solidariedade na produção, na qual a ajuda mútua não é necessariamente igualitária, porque existe devolução, mas sem contagem igualitária das prestações entre os indivíduos. Observa-se, portanto, a permanência de relações de reciprocidade, mediante mecanismos de dádiva, de ajuda mútua, nos quais a lógica de reciprocidade motiva uma parte importante da produção, da sua transmissão, mas também, do “manejo dos recursos” (Sabourin, 1999) e dos fatores de produção.

4. O *INSIGHT MATERIAL* PARA PENSAR O “PÚBLICO” E O “PRIVADO”

Mais adiante em uma visita seguinte, quando me aproximo da entrada da Horta do PACUCA, percebo que o portão que antes delimitava o espaço está diferente. O que antes era uma cerca de bambu facilmente transponível por qualquer um que desejasse adentrar no espaço, que servia apenas para, disseram-me, não deixar o gado entrar, transformou-se num robusto portão de metal. Assim que chego frente a frente com esta nova informação no meu campo, percebo mais um detalhe: há um

cadeado chaveado. Este certamente não limita mais unicamente a entrada de gados, caberá a mim descobrir a que(m) mais este portão foi instalado.



Fotos 9 e 10 Impedimento material para entrada na Horta.

Sem a possibilidade de entrar por conta própria, como havia feito até então nos outros encontros, tento, fracassadamente, rodear o espaço em busca de algum de meus interlocutores para que estes permitam minha

entrada. Enquanto dou esta volta, avisto Seu Anilton. Este, no entanto, já estava longe demais para que eu conseguisse lhe chamar.

Era inegável que eu estava frustrada, eu havia iniciado minha pesquisa naquele local por me identificar e sentir certa atração com aquilo que eu poderia chamar de *experiência comunitária*, talvez a minha expectativa era de que o campo servisse para mim como uma esperança ou reduto de uma sociedade capitalista e monetarizada. Mas como dizem por aí, “*segue o baile*”.

Tento contato via *Whatsapp* com Ataíde e este me informa que já estava a caminho. Assim que iniciamos nossa conversa, após um abraço e saudações, não contendo minha curiosidade pergunto logo sobre o dito portão e seu cadeado. A resposta, mais do que esperada, foi que devido a acontecimentos recentes, ele e Seu Anilton, que já há muito tempo o tentava convencer deste portão, acordaram em colocá-lo devido ao aparecimento de “*peessoas folgadas*” que “*confundem comunitário com zona*”. Sobre isso afirma:

Eu sou uma pessoa que defende muito o negócio do comunitário, então resisti para colocar esse portão, mas chegou uma hora que não deu mais. (Ataíde, relato oral, 2019)

Sobre estes acontecimentos recentes, Ataíde relata que *visitantes fortuitos*, que não eram voluntários e tampouco pediam permissão, escolhiam arbitrariamente o que e quanto de cada coisa levariam para si. Ainda de acordo com ele este tipo de situação acarretou uma grande evasão de voluntários da Horta, pois estes se sentiam injustiçados por haver pessoas que não estavam colaborando com os afazeres e saindo com muito mais hortaliças do que o que seria condizente. Ainda, dentre os relatos fornecidos por Ataíde justificando a colocada do portão, destacou-se:

Tudo isso foi acontecendo e aí o cara entrou na Horta um dia... Eu tava na Horta e aí o cara entrou e pegou duas berinjelas de 10 centímetros, verdes, e aí eu olhei pra ele e falei “pô, amigo, por que não conversou comigo pra pegar a berinjela?”. Aí ele virou pra mim e disse a seguinte frase, essa frase é engraçada pra tu ver que concepção que tem de horta comunitária:

“A Horta não é mais comunitária?”. Eu falei “É, agora eu te pergunto, qual é a tua concepção de horta comunitária que tu tem? Eu posso dizer que é tu trabalhar pra colher, mas eu vou mais além, aqui é produzido e é dado de graça pra todo mundo, mas desde que as pessoas leiam as placas ali “Favor se dirigir a um voluntário”. Pra que? Pra que ele de uma erva correta pra ti, pra ele colher as coisas corretas pra ti dentro do prazo. Sabe por que, amigo? Porque a 10 metros, 20 metros pra frente de onde tu tá tem uma berinjela de 20 cm madura pra tu colher e você não colheu. (Ataíde, relato oral, 2019)

Enquanto refletia acerca das informações e opiniões que estão me sendo repassadas, Ataíde complementa que esse espaço é um “*sonho pessoal*” e ter esse terreno em função da comunidade do Campeche é uma briga de muito tempo. O portão, portanto, deve funcionar como uma espécie de intermediador, pois, conforme me foi relatado, este foi instalado com o propósito de que esteja dentro do espaço de plantio e colheita apenas as pessoas que estejam atuando como voluntárias. Pessoas que quisessem conhecer a Horta seriam guiadas pelo espaço por um voluntário mais experiente e podendo solicitar alguma hortaliça desejada, que lhes seria cedida de acordo com a disponibilidade.

Cabe destacar que para Certeau *et al* (2000) a prática do bairro é:

[..] Uma convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento. Toda submissão a esses códigos, bem como toda transgressão constitui imediatamente objeto de comentários: existe uma norma, e ela é mesmo bastante pesada para realizar o jogo da exclusão social e face dos “excêntricos”, as pessoas que “não são/fazem como todos nós”. Inversamente, é ela a manifestação de um contrato que tem uma contrapartida positiva: possibilitar em um mesmo território a coexistência de parceiros, a priori “Não ligados”. Um contrato, portanto, uma “coerção” que obriga cada um para que a vida do coletivo público – o bairro – seja possível para todos. (CERTEAU *et al*, 2000, p. 47)

Mais do que convenções tácitas (Certeau *et al*, 2000), que claramente se fazem presentes naquele espaço, além deste portão, tanto no espaço interno quanto externo da Horta é possível observar uma série de placas fixadas, das quais algumas ilustro em uma sequência de fotos abaixo, transmitindo mensagens de agradecimento e bons préstimos (**Fotos 16 e 17**), quanto diferentes mensagens sobre alguns comportamentos desejados e outros indesejados para aqueles que pretendem se inserir naquelas práticas culturais (**Fotos 11, 12, 13 e 14**). Essas placas explicitam regras de convivência, desde frases que pretendem representar valores coletivos a instruções, mais ou menos imperativas, de como agir naquele espaço. Não se tratando de placas colocadas por algum tipo de autoridade pública, mas de convenções estabelecidas por alguns daqueles que, como Seu Anilton e Seu Ataíde, vivenciam aquele espaço diariamente e percebem, a partir da experiência cotidiana, a necessidade de explicitar algumas regras de “conveniência” (Certeau *et al*, 2000) a fim de construir novos arranjos sociais à medida que estes se fazem necessários.

Então os locais públicos eu tenho que respeitar, qualquer local público precisa de arreamento, não é porque eu tô num local público que eu posso fazer o que eu bem entender, eu tenho que saber me portar. [...] É de todo mundo. Essa é a Horta, tu tem que respeitar as regras e as regras estão ali, e a regra número um é: se dirigir a um voluntário. Se se dirigir a um voluntário tu vai matar todas as regras. Então foi pedido o portão, dentro dessa investigação de como conviver com as pessoas dentro da Horta. Enquanto tu olhar a pessoa levando seis mudas de cinco reais, que é o alecrim... A mulher arrancou cinco alecrim/ O cara levar uma muda de uma árvore anticancerígena lá do Xingu que o índio me trouxe, me deu, o cara levou a única muda que tinha, ele levou a árvore toda, de todo mundo, de 30cm. Aquilo ali não é de um só, é de todo mundo. E esse “todo mundo” é de todos. Então a gente optou pelo que? Produz, distribui quando tá aberta ali. Bem porque ninguém é remunerado pra ficar que nem guarda da

rainha pra ficar 24h ali. Então que tal a gente deixar de ir ali, que tal a gente não capinar mais? Que tal a gente não plantar mais, que tal não botar mais meus 12 mil reais ali. Que tal? Vai virar o que? Um espaço de mato, foi o que aconteceu com outras comunidades, tem comunidade que tá há 12 anos pra fazer uma Horta e não conseguiu. (Ataíde, relato oral, 2019)



Foto 11



Foto 12



Foto 13



Foto 14



Foto 15 “Eu Anilton agradeço muito sua colaboração”.



Foto 16

A ideia do “sentido partilhado” (Agier, 2011) pressupõe que, de um lado, os atores envolvam-se com um mínimo de coerência partilhada, e, de outro, que a situação coloque em ação constrangimentos estruturais ou globais, sendo estes, sem dúvida, no caso da Horta, perpassados pelos ideais do projeto de um *Parque Cultural do Campeche*, perceptível na fala de Ataíde que justifica a implantação de certas regras em função da manutenção de “*um sonho*” de ocupação daquele espaço. Ainda, segundo o autor, em cada caso há uma certa dose de comportamentos forçados no envolvimento social. O sentido que os atores dão a uma situação pode ser mais ou menos imposto ou negociado conforme esta (situação) se inscreva num espaço fechado e mais ou menos regulado *a priori*. Para dar conta da pluralidade e complexidade das relações em um ambiente urbano, afirma que certos lugares (eu arriscaria dizer que poucos os que não) podem ser “plurissituacionais” (Agier, 2011) em função do momento dia e do envolvimento dos atores presentes. Fugindo, dessa forma, de conceitos mais fixos como a de cidade-mosaico.

Dessa maneira, aquele encontro cara a cara com um portão limitando minha própria entrada naquele espaço que estava frequentando serviu como um *insight material* para que eu realizasse um certo alargamento das fronteiras daquilo que estava observando. A margem que antes para mim era a cerca viva feita de feijão verde que funcionava como delimitador da Horta Comunitária e que servia, também, como um recorte de pesquisa se rompeu e ganhou fluidez. Antes focada neste recorte da Horta, agora, passa a chamar-me atenção o entorno daquele terreno aparentemente abandonado no qual a Horta se insere.

Entendi que além de como aquele espaço era utilizado, era fundamental entender que havia uma dinâmica sobre quem entra e quem sai, quem pertence e quem não pertence e, além de uma simples dicotomia entre “público” e “privado” ou “dentro” e “fora”, havia uma fluidez e complexidade naquelas relações que antes eu não havia me atentado. É fato, a Horta não era só uma horta comunitária. É uma Horta situada no terreno do *Antigo Campo de Aviação*, no bairro do Campeche, em Florianópolis, ou seja, a sua existência na maneira como é se torna possível a partir dos complexos e particulares jogos de relações presentes ali, atravessada por disputas e ideais de ocupação. O público e o privado se veem confundidos e perpassando diversas camadas da organização desde uma esfera macro, com interesses de organizações, embates e alianças pessoais até a organização micro para o funcionamento da própria Horta.

Trata-se de um dispositivo prático [o bairro] que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo): “existe uma relação entre a apreensão da residência (um “dentro”) e a apreensão do espaço urbano ao qual se liga (um “fora”)”. O bairro constitui o termo médio de uma dialética existencial entre o dentro e o fora. E é na tensão entre esses dois termos, um dentro e um fora, que vai aos poucos se tornando o prolongamento de um dentro, que se efetua apropriação do espaço. Um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma de trajetórias inauguradas a partir de seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo irredutível continua sendo sempre a esfera do privado. (CERTEAU *et al*, 2000, p. 42)

Ainda para Certeau *et al* (2000) o bairro é uma porção do espaço público em que se “insinua” progressivamente um “espaço privado particularizado” pelo fato de seu uso quase que cotidiano. Se o “espaço público” se configura como um espaço de fluidez, instável e indefinido (Antunes, 2008) e o “privado” onde se tem minimamente papeis sociais delimitados, entendo que as categorias “público” e “privado”, no caso da Horta Comunitária, não se constroem de maneira dicotômica, mas sim “negociadas” (Velho, 2003) de acordo com a “situação” (Agier, 2011). A Horta não seria, portanto, um espaço “público” ou “privado”, mas um espaço que está em constante negociação e que se torna mais ou menos acessível de acordo com as pessoas que estão inseridas naquele quadro social (*setting*) durante a situação observada.

Identifico, então, que a Horta é mais um ponto de ancoragem estratégica para ocupação do espaço e que, na verdade, o projeto de um *Parque Cultural do Campeche* é, como fala Ataíde repetidas vezes, “*um sonho maior*” que mobiliza diferentes setores do bairro há anos. As práticas da Horta, portanto, embora diminutas em relação à área como um todo, são sujeitas às regras explícitas e necessárias manifestadas pelos saberes, vivências e formas de fazer de seus criadores e cuidadores,

figurando como uma manifestação e delimitação física do potencial e idealizado Parque. Tema que esboço a seguir.

5. PARQUE CULTURAL DO CAMPECHE?

Relacionada intimamente com a temporalidade, a noção de paisagem (*landscape*), desenvolvida por Ingold (2000), é pensada a partir de inúmeros processos que se verificam na passagem do tempo, na forma de registros duradouros de vidas e da atividade de gerações de seres humanos, animais e plantas, assim como ciclos geológicos e atmosféricos. Paisagem, em seus termos, não indica um mundo externo e acabado, independente dos seres que o habitam, ao contrário, produz e é produzida por meio de processos materiais e cotidianos.

Pode-se afirmar, então, que a paisagem incorpora (Ingold, 2000) ciclos, movimentos, feições e vidas na forma de características duráveis, caminhos, padrões de vegetação e urbanização. Paisagem deixou de ser, portanto, considerada como cenário externo acabado ou como imagens mentais, mas como um mundo produzido e em contínua transformação, analisado conjuntamente com ações e movimentos humanos e não-humanos, pensada do ponto de vista daqueles que o habitam.

Nesse sentido, apresento a seguir o que foi resultado de uma de minhas últimas idas a campo, na qual, buscando apurar os elementos materiais do projeto do *Parque Cultural do Campeche*, aproveitei um dia ensolarado em que os portões da Horta estavam trancados para perambular pelo terreno do *Antigo Campo de Aviação* afim de descobrir como aquele espaço era apropriado e utilizado.

Saltando do ônibus na Av. Pequeno Príncipe, uma das principais avenidas do bairro do Campeche, que desemboca na praia, sigo à esquerda pela rua da Capela, passo pelo Posto de Saúde e entro a direita no que há pouco tempo descobri ser um caminho histórico que leva até a Horta, quando me deparo com os cadeados. Envio uma mensagem para Ataíde perguntando sobre a vinda de alguém ainda no período da tarde, pois seria neste dia que as mudas encomendadas pela Nega haviam chegado e eu gostaria de acompanhar e registrar o plantio. No entanto, sem resposta, guardo o telefone no bolso e, sem ter ideia de aonde eu chegaria, sigo adiante nesta atividade que, para Certeau (2008) poetiza a trama da cidade, permanecendo atenta para detalhes que poderiam emergir. Na **Figura 8** disposta abaixo, a marcação em amarelo representa o trajeto que escolhi e pelo caminho que fui levada durante a exploração

do espaço, sendo o ponto em vermelho meu ponto de partida quando desço do ônibus.



Figura 8 Caminhos, marcação realizada por mim. Fonte: Google Earth.

Para Certeau (2008) o caminhar tem uma tripla função enunciativa, sendo uma atuação espacial do lugar, um processo de apropriação do sistema topográfico e, por último, implica relações entre contratos pragmáticos na forma de movimento. Os indivíduos não somente transitam pelo espaço como também se inscrevem nele a partir das escolhas dentre possibilidades e proibições inventadas e apresentadas. Diferindo daquele que se passa em um povoado centro urbano, onde os transeuntes, em sua maioria, caminham rápido e trocam indiferenças como parte de suas maneiras de fazer, este caminhar que apresento aqui, embora tampouco usado como forma de passeio ou lazer, evocam outro tipo de contrato e relação.

Durante os cerca de 20 minutos em que andava por aqueles caminhos, encontro-me com seis pessoas diferentes que trafegavam por eles. Estes caminhos que, há pouco, descobri através de uma conversa com Ataíde serem caminhos históricos, são há décadas utilizados, principalmente por moradores locais, para encurtar o trajeto de deslocamento para outros lugares do bairro e da cidade, sendo para elas, mais um lugar de passagem do que de estadia, mas ainda assim um lugar

de encontros. Estreitos, a maioria dos caminhos constituem este trajeto tornam os encontros difíceis de serem desviados ou ignorados, resultando sempre em uma troca cordial de cumprimentos. Um sorriso, um sinal com a cabeça ou mesmo uma troca rápida de palavras.

O terreno, com cerca de 350 mil m², é em sua maior parte coberto por grama alta com caminhos de grama desgastada e areia pelo qual trafegam humanos e não humanos, de moto, bicicleta e a pé, conforme revelam os rastros deixados pelo chão. Andando mais um pouco paro em uma bifurcação, que naquele momento me parecia um bom ângulo para uma foto. Chama-me a atenção a extensa área verde que tem seus limites evidenciados pelos concretos dos prédios e pelos tijolos das construções. Atrás de mim está a Horta Comunitária, ao lado dela uma recente construção feita com tábuas e sarrafos de madeira para abrigar gado e galinhas, a minha esquerda uma plantação de Pinus³⁰ (segundo Ataíde plantados pela própria Aeronáutica), ao lado dois ou três bois pastando. O terreno vai até perder de vista. Na minha frente a bifurcação, com os caminhos separados por grama, a direita dois campos esportivos (rúgbi e futebol), ao lado do qual pastava um boi acompanhado de uma pessoa supervisionando seu deslocamento. No céu um avião, nos limites as construções.



Foto 17 Caminhos pelo “PACUCA”.

³⁰ O Pinus é um gênero produtor de madeira utilizada como matéria-prima para a produção de celulose de fibra longa e papel de qualidade superior, laminados, móveis, tábuas, etc.

O caminhar pelo espaço evoca a heterogeneidade presente no cenário urbano, empreendimentos imobiliários que traçam os limites do terreno, bois pastando, avião decolando. Este espaço urbano se situa em um limiar entre o público e o privado, que tem de público sua fluidez e condição de estar sempre se estruturando e reestruturando; e de privado suas apropriações por diversos grupos e discursos, que a ele projetam propostas de uso, delimitam, restringem.

É nesse sentido, buscando entender o espaço intermediário entre o público e o privado, “mais amplo que a fundada nos laços familiares, porém mais denso, significativo e estável do que as relações formais e individualizadas [...]” que Magnani elabora as categorias de pedaço, mancha trajeto. A primeira é, de acordo com este autor (1992), “formada por dois elementos básicos: um de ordem espacial, físico, sobre o qual se estendia uma determinada rede de relações”. Ou seja, trata-se de um espaço mais ou menos definido no qual, a partir de uma rede de relações estabelecidas a partir de laços de parentesco, vizinhança, participação em atividades comunitárias e desportivas, delimita-se quem pertence e quem não pertence ao “pedaço”. A segunda categoria apresentada serve para designar uma área que é dotada de equipamentos que viabilizam uma atividade predominante, permitindo, no entanto, a circulação de diferentes tipos sociais. Já a noção de trajeto é trazida como uma alternativa conceitual para dar fluidez às duas primeiras.

Seguindo mais adiante na minha caminhada observo que estacas de madeira foram colocadas enfileiradas lado a lado em alguns pontos desses caminhos parecendo, em um primeiro momento, terem sido fixadas com o intuito de formar uma barreira para impedir o tráfego de carros. Descubro, no entanto, em uma conversa posterior com Ataíde que as estacas foram, na verdade, colocadas pelo Ministério da Aeronáutica a fim de delimitar o seu pedaço de terreno.



Foto 18 Barreiras materiais instaladas pela Aeronáutica.

A cidade normalmente não se apresenta, para uso e desfrute, como totalidade indiferenciada ou então repartida em unidades discretas: ela o faz, entre outras, na forma de áreas contíguas com equipamentos que se complementam ou competem para oferecer determinado tipo de serviços, ou permitir o exercício de tais ou quais práticas. São as manchas. É o lado estável e visualizado da cidade, com ênfase no território, no ordenamento espacial. No seu interior, os trajetos são mais curtos, estão na escala do andar. Manchas, recortadas por trajetos, divididas por pórticos e pontuadas por pedaços. (MAGNANI, 1992, p. 201)

Sendo então caracterizado pela presença de variados grupos com diferentes usos do espaço, parece-me ser possível pensar a partir dessas categorias de mancha, pedaço e trajeto propostas por Magnani (1992) para olhar o cenário atual do proposto *Parque Cultural*. O espaço onde se abrigam os bois e galinhas, o campo de futebol, o campo de rúgbi, a área onde pastam os bois, os caminhos históricos, o Posto de Saúde, o Clube Catalina, a Horta Comunitária. Trajetos e pedaços que recortam e pontuam (Magnani, 1992) o que seria, de acordo com a perspectiva de alguns de meus interlocutores, a “mancha” do PACUCA. Sendo esta última construída a partir das trajetórias táticas (Certeau, 2008) de ocupação e em conjunto com desejos moleculares (Rizzo, 2005) que subvertem, muitas vezes, os seus usos esperados (Leite, 2002), entendo que cada “pedaço” com suas particulares corresponde a elementos materiais integrantes de um processo de construção do *Parque* ideal do qual a Horta integra e, ao mesmo tempo, tece a trama.

O que constitui, portanto, a paisagem (Ingold, 2000) do *Antigo Campo de Aviação*, é o emaranhado de sonhos e projetos da construção do *Parque Cultural do Campeche*, tidos como desejos moleculares; de ações molares de planejamento urbano da cidade que impactaram diretamente a organização do bairro do Campeche, de investidas de venda e uso do terreno por parte do Ministério da Aeronáutica e de ações judiciais requerendo o tombamento e a entrega de posse do terreno à União, utilizados como estratégia para garantir seu uso coletivo; bem como dos usos materiais que se dão nos pedaços e trajetos apontados acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho foi possível explorar e compreender com base na observação e participação das dinâmicas de sociabilidade, permeadas por arregamentos e reciprocidades, contextualizada num cenário macroestrutural de *lutas* e disputas, as maneiras através das quais se faz possível a existência de uma Horta Comunitária no Bairro do Campeche, Florianópolis/SC e a partir de quais termos esta se configura.

O terreno de aproximadamente 350 mil m² onde está localizada a Horta é protagonista do bairro desde 1920, quando houve a instalação do *Campo de Pouso* da empresa *Aéropostale* e suas dependências, que realizou atividades de aviação até a década de 1940, época em que o terreno foi desapropriado pela União e entregue para o Ministério da Aeronáutica. A partir de meados de 1950, quando a área ficou definitivamente sem uso institucional, passou a servir como um espaço de uso comunitário para os moradores locais, sendo utilizado para pastagem de gado, prática de esportes e, além disso, como trajeto para outras partes do bairro.

Já na década 1980, com a pavimentação da Avenida Pequeno Príncipe, há um grande aumento no fluxo de pessoas para o Campeche, tornando o bairro palco de uma convergência de diferentes estilos de vida (Velho, 2003) e foco de uma crescente especulação imobiliária, dando início a uma série de tentativas, por parte do Ministério da Aeronáutica, de parcelamento e venda do terreno do *Antigo Campo de Aviação*, causando uma grande mobilização popular.

Somado a isso, a fim de gestionar o crescimento urbano e posicionar Florianópolis no cenário Latino-americano, a Prefeitura Municipal e o Instituto de Planejamento Urbano elaboram uma sequência de Planos Diretores que não são bem acatados principalmente pelos moradores do Campeche que, empoderados por discursos de qualidade de vida, lazer e preservação ambiental e cultural, encontram suas maneiras através de mobilizações populares, pedidos de tombamento e ação judicial, para tornar possível a construção do *Parque Cultural do Campeche*, do qual a Horta Comunitária seria um dos pedaços (Magnani, 1992).

Devido à morosidade da iniciativa pública para despendar verbas para o projeto, a Horta Comunitária é implantada e gerenciada a partir de uma iniciativa coletiva popular, com suas proximidades, alteridades e maneiras de fazer (Certeau, 2008), em parceria com empresas privadas que contribuem fornecendo matérias primas demandadas em

contrapartida da validação de uma aliança com a comunidade. Da mesma forma, uma série de mecanismos de dádiva-troca (Mauss, 2003) no qual circulam tarefas, hortaliças, composto orgânico e prestígio social, entre voluntários fixos, esporádicos, fortuitos; feiras e visitas de escolas, configuram um sistema da dádiva que torna possível o manejo da produção e distribuição dos recursos (Sabourin, 1999).

Com base nos particulares arregamentos e maneiras de fazer a Horta Comunitária se configura como um dos pedaços que compõe a mancha idealizada do *Parque Cultural do Campeche*. E é nesse espaço onde tudo está em relação que o planejamento urbano, Ministérios, ações judiciais e de tombamento, tidos por Rizzo (2005) por forças molares, se encontram, se atravessam e constroem a paisagem (Ingold, 2000) do *Antigo Campo de Aviação* juntamente com os desejos moleculares (Rizzo, 2005) guiados por discursos de lideranças locais, mas também pelos próprios usos cotidianos despreocupados de qualquer discurso, no qual o “*Parque Cultural do Campeche*” é mais uma das perspectivas de uso e apropriação do espaço. Ainda embora seja perspectiva essa que de o viés com o qual se operam as práticas cotidianas da Horta, o seu todo, nem o *Parque* nem a Horta, constituem-se de um tecido integral e uniforme, mas de uma constante negociação e articulação de diferentes pontos de vista.

O tema ainda tem muito a ser explorado e o que posso afirmar com certeza quanto a este trabalho de conclusão de curso é o fato de que sua feitura, desde a pesquisa, foi um aprendizado transformador quanto à minha perspectiva sobre o fazer antropológico e etnográfico. Agradeço a todos envolvidos no processo, seguimos.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: Lugares, situações, movimentos**. Tradução de Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

AMARANTE, Carolina. **O bairro do Campeche: “Qualidade de vida junto ao mar”**. Cadernos NAUI Vol. 3, No. 5, jul –dez 2014. Disponível em: <<http://nau.ufsc.br/files/2015/06/O-Bairro-Campeche-qualidade-de-vida-junto-ao-mar.pdf>>

AMORA, Ana Albano Gadelha. **O lugar do público no Campeche**. Dissertação de Mestrado em Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 1996.

ANTUNES, Camila Sissa. **Do passeio na avenida à balada no prolonga: sociabilidade no espaço público. O caso da Avenida Getúlio Vargas, Chapecó (SC)**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – 2008.

ARANTES, Antonio Augusto. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial, 2000.

ASSOCIAÇÃO E MEMÓRIA DA AÉROPOSTALE NO BRASIL. Disponível em: <<https://amab-zeperry.com/>>

BALANÇO GERAL FLORIANÓPOLIS. **Comunidade do Campeche cria horta em área sem uso**. (4’53”). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IFX2nU7L2Hc>>

BARBOSA, Tereza Cristina; BURGOS, Raúl; TIRELLI, Janice. (Orgs). **O Campo de Peixes e os Senhores do Asfalto: memória das lutas do Campeche**. Florianópolis: Cidade Futura, 2007

BRASIL. **Plano Diretor Participativo: Guia para Elaboração pelos Municípios e Cidadãos**. Ministérios das Cidades, 2004.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC; Ed. Da UFSC, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano 1: Artes de Fazer**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de; GIARD, L. e MAYOL, P. **A Invenção do Cotidiano 2: Morar, Cozinhar**. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORRÊA, Mônica Cristina. **De Saint-Exupéry a Zepferri**. (48'21"). Disponível em <<https://vimeo.com/132217946>>

ECCO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FRANZONI, Tereza Mara. **Teatralidade E Sociabilidade No Planejamento Urbano Na Ilha De Santa Catarina: um caminho entre o passado e o presente, a técnica e a política, a política e a festa**. Tese de Doutorado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 2008.

GOLDMAN, Márcio. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

INGOLD, Tim. **The temporality of the lanscape** In *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.

JOSEPH, Isaac. **Erving Goffman e a microsociologia**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

LANNA, Marcos. **Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio Sobre a Dádiva**. Rev. Sociologia Política, Curitiba, n. 14, jun. 2000, p. 173-194.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

LENZI, Maria Helena; CAZETTA, Valéria. **Micropolíticas no Campeche: entre diagramas cristalizados, planejamento urbano e produção de desejos**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 601-618, agosto. 2017. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/124339>>.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Introdução à Obra de Marcel Mauss**. In M. Mauss. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MACDOUGAL, David. **Significado e ser**. In Barbosa, Cunha e Hikiji (orgs) Imagem – Conhecimento, Campinas: Papyrus, 2009, p. 61 - 70.

MAGNANI, José Guilherme C. **Da periferia ao centro: pedaços e trajetos**. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 35, 1992, pp. 191-203.

_____. **Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole**. In J.G. Magnani & Lilian de Lucca Torres (orgs). Na Metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp. 1996, p. 12-53.

_____. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, Jun. 2002.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública nº 50275983220144047200**. 2014

MOVIMENTO CAMPECHE QUALIDADE DE VIDA. **Dossiê Campeche**. Florianópolis. Disponível em:
<<http://www.ufsc.br/prolarus/apres.html>>

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Legislação Municipal de Florianópolis: Decreto nº 13.707 de 17 de Novembro de 2014.** Disponível em: <<http://leismunicipa.is/hbfueu>>

PIPI, Luis Guilherme Aita. **Considerações ambientais e paisagísticas para o planejamento urbano do Campeche – Florianópolis – SC.** Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2004.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. **A natimorta Tecnópolis do Campeche em Florianópolis – delírio de tecnocratas, pesadelo dos moradores.** In PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (Org). Florianópolis do outro lado do espelho. Florianópolis: Ed da UFSC. 2005

SAEZ, Oscar Calavia. **Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em Antropologia.** Edição do autor: Florianópolis, 2013.

SABOURIN, Eric. **Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais no Nordeste brasileiro.** Raízes, Ano XVIII, nº 20, novembro/1999 p. 41- 49.

_____. **Marcel Mauss: Da dádiva à questão da reciprocidade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 23 nº. 66, fevereiro, 2008.

SIMMEL, Georg. **Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal.** In G. Simmel. Sociologia: Simmel. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **As grandes cidades e a vida do espírito.** Mana: Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, Oct. 2005, p. 577-591.

_____. **Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade.** Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte. **Uma experiência de planejamento urbano comunitário. O caso da planície do Campeche – Florianópolis – SC/ Brasil.** In Anais do Encontro sobre Conservação da Diversidade Biológica e Cultural em Zonas Costeiras, 2003, p. 385-402.

VEDANA, Viviane. **“Fazer a Feira”**: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2004.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. *In* Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **Projeto e metamorfose**: Antropologia das sociedades complexas., Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 3ª ed, 2003.

WACQUANT, Loic. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.